

GRAMADO-RS E REGIÃO

VOL. 1, Nº 1 - 2026

Karahá

HISTÓRIA, MUSEUS
e EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Roteiros

- A História de Gramado contada em museus
- Caminho de arquitetura histórica

Museus

- Procedimentos padrão em museus
- Ecomuseus

Educação Patrimonial

Práticas, experiências e relatos

Turismo & Cultura

O Turismo de base comunitária

Pesquisa

Os Autos de Medição

Especial: O Coronelismo e as marcas do poder no nosso patrimônio



Uma aproximação
didática sobre o tema
no 5º Distrito de Taquara
e região



E mais:

- Notícias e lançamentos
- Educação e Ações Afirmativas
- Resenha
- Entrevista

HISTÓRIA, MUSEUS e EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Olá!

Esta publicação surge com o propósito de ser um ponto de **encontro entre teoria e prática**, refletindo sobre as ações e projetos que realizamos todos os dias em nossa região. Nosso objetivo é atualizar e fomentar debates que entrelacem a Educação Museal e Patrimonial com a História das regiões do Vale do Paranhana, Vale do Sinos e Serra Gaúcha.

Nesse sentido, entende-se como fundamental o **diálogo com o presente** e o debate de questões contemporâneas que contribuam para a construção de um conhecimento baseado em métodos científicos e no aprofundamento da democracia, em um mundo cada vez mais ameaçado por “soluções” excludentes.

Trata-se de um instrumento para reflexão e troca de experiências, para aprendizado coletivo e sensibilização, voltado a docentes, pesquisadores, estudantes, agentes culturais, profissionais da memória e comunidade em geral.

Wanderley Cavalcante, Eduardo da Silva Weber, Alex Juarez Müller

**O Coronelismo e as marcas do poder no nosso patrimônio**

Nesta edição inaugural, lançamos um olhar provocador sobre um tema ainda latente nas instituições de memória do Sul do país: o Coronelismo. Longe de ser um capítulo encerrado nos livros didáticos, o fenômeno do mando coronelista deixou marcas no território e na alma das comunidades.

A partir de uma (re)aproximação didática no tema, sugerimos um debate no campo da Educação Museal e Patrimonial, em diálogo com elementos concretos (patrimônio edificado, objetos de acervo) e com nossas práticas (em sala de aula, museus, roteiros históricos etc.). A ideia é investigar sobre como podemos avançar, sem evidentemente abandonar, para além da educação patrimonial meramente descritiva ou contemplativa de “*peças e prédios do passado*”.

Se educar é, antes de tudo, fazer perguntas, convidamos os leitores a contribuir nesse exercício de aprender a transitar do “*contemple este monumento*”, para o “*por que este monumento está aqui e o que ele está tentando nos fazer lembrar e... esquecer?*”. Partimos da ideia de que a educação patrimonial não é uma entrega de respostas, mas uma pedagogia da pergunta.

Compreender o Coronelismo através dos bens culturais, das fachadas imponentes dos casarões, dos nomes de ruas e avenidas é, em última análise, buscar entender como as estruturas de poder de outrora ainda ecoam nas práticas políticas e sociais do nosso presente. E transformar nossas ações educativas em um espaço de diálogo vivo.

Boa leitura e, acima de tudo, boas perguntas.



Sumário

ROTEIROS

04 A História de Gramado contada em museus

Percorso ilustrado dos museus históricos municipais de Gramado

05 Uma viagem na arquitetura histórica de Gramado

Um roteiro sobre os bens inventariados no município de Gramado-RS (Várzea Grande, Linha Quilombo Alto e Carahá)

MUSEUS

06 Padronização de procedimentos em museus

08 Ecomuseu e museu comunitário

Conceitos e o projeto Agentes Jovens do Patrimônio do Ecomuseu de Maranguape-CE

PESQUISA

10 Os Autos de Medição

Eduardo da Silva Weber
e Wanderley Cavalcante

11 Guardiões da Memória

ESPECIAL TEMÁTICO

12 O Coronelismo

Uma aproximação didática sobre o tema no 5º Distrito de Taquara e região e as possibilidades em educação museal e patrimonial

Wanderley Cavalcante, Alex Juarez Müller
e Eduardo da Silva Weber

ENTREVISTA

21 Marcelo Matte da Silva

O autor comenta sobre o livro 'História da Eletrificação no Rio Grande do Sul'

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

Práticas, experiências e relatos

23 Projeto "Você e o patrimônio"

Márcio Dillman de Carvalho

24 Experiência de extensão universitária em educação patrimonial com EJA

Gilmar Wendel

26 Caminhadas pelo centro histórico de Taquara-RS

Maicon Diego Rodrigues

28 Projeto "O patrimônio vivido"

Alex Juarez Müller

29 Patrimônio Cultural: uso da arqueologia experimental e escavação simulada

Sívio Silmar Peters

30 Trilhas ecológicas para o incentivo da educação ambiental

Bruna Hellen de Melo Gomes

31 Educação patrimonial em museu: compartilhando experiências

Vânia Inês Ávila Priamo

AÇÕES AFIRMATIVAS/EDUCAÇÃO

32 Quem é o Coletivo Sankofa e por que debater a educação para as relações raciais nas escolas da Serra Gaúcha?

Lis Reis e Marini Ferreira (Coletivo Sankofa)

33 Direitos humanos, memória histórica e educação antirracista: síntese

Igor Menini

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E TURISMO

36 Desafios do Turismo de Base Comunitária em Gramado-RS

ALMANAQUE

37 Notícias, lançamentos

39 Expediente

A História de Gramado contada em museus

Percurso ilustrado dos museus históricos municipais de Gramado



Museu Major José Nicoletti Filho



O museu mostra elementos da fauna e flora, o passado dos povos originários no território, a presença afro-brasileira, portuguesa e de imigrantes europeus (teuto e italo-brasileiros, principalmente), em um belo panorama sobre as etnias no processo de formação do município.

Ao lado da famosa "Rua Torta", em frente à Praça das Etnias, Centro.

Na Praça das Etnias, Centro:



Memorial Casa Italiana



Centro Cultural Açoriano - Casa Portuguesa

Museu Municipal Prof. Hugo Daros



O museu faz um apanhado da história local e de alguns de seus personagens. Seu patrono, Hugo Daros, é considerado um dos primeiros memorialistas da cidade.

Rua São Pedro, do lado da Câmara Municipal - Centro

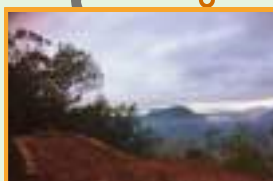
Museu Estação Férrea Várzea Grande



Funciona na centenária estação de trem, inaugurada em 01/06/1919, a primeira de Gramado.

Pesquisa, preserva e divulga a história ferroviária de Gramado, da linha férrea Taquara-Canela, da comunidade e do cotidiano em torno do universo ferroviário, destacando o papel e o legado do trabalho dos personagens anônimos que construíram Gramado e região.

Rua Oscar Wille, 165 - Bairro Várzea Grande a 100 metros do pórtico da RS-115



Rabicho Ferroviário

"Um trem que andava de costas": obra de engenharia ferroviária de manobra e tráfego de trens em MARCHA À RÉ, a "Ponta de Cima" do Rabicho, preserva elementos de patrimônio Industrial. Além da atração paisagística, o Rabicho foi cenário de vivências, costumes pitorescos e brincadeiras. Ponto de encontro e de lazer: fruto do diálogo entre a tecnologia ferroviária e a cultura cotidiana local.



Conhecer verdadeiramente um lugar é, antes de tudo, conhecer sua História e as histórias de sua gente. É experimentar e vivenciar o que lhe é **peculiar, próprio, típico, específico.**

Os Museus Históricos são os melhores locais para usufruir dessas singularidades, desse rico repertório da vida de cada lugar, dos cotidianos de suas comunidades, suas memórias coletivas e individuais.

Os museus históricos de Gramado desenvolvem programas de Pesquisa e Educação Patrimonial, em consonância com os Planos Museológicos disponibilizados à construção pela comunidade.

Perspectivas, entre outras ações e projetos, para 2026/2027: revisão dos Planos Museológicos com a comunidade, disponibilização dos acervos digitalmente, fortalecimento da integração com museus da região dos Vales do Sinos e Paranhana, e tratamento técnico do Museu Pinacoteca Dr. Carlos Nelz.

Roteiro: uma viagem na arquitetura histórica de Gramado

Bens inventariados do bairro Várzea Grande e das Linhas Quilombo Alto e Carahá



Armazém Tissot

Nesta asa era ligada a Usina hidrelétrica no Arroio Irapuru, inaugurada em 1935

Na foto, Mozé Bezzi acionando a chave (Anos 1940).



Casa Tomasini



Casa Fritsch



Casa de Alfredo Altreider



Brizoleta Padre Scholl



Brizoleta São Gotardo

O **INVENTÁRIO** é um instrumento para a identificação, documentação, produção de conhecimento e informação sobre os **bens e manifestações culturais de natureza imaterial e material**.

O Inventário é um dos meios de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, previstos na Constituição Federal (art. 216, § 1º).

Inventário Participativo é uma ferramenta de Educação Patrimonial com objetivo de estimular as discussões sobre patrimônio cultural, assim como, fomentar que as próprias comunidades busquem identificar e valorizar suas referências culturais.

Antiga Venda de Mozé Bezzi (que ficava ao lado da estação ferroviária da Várzea Grande) e a Sede da Cooperativa Colonial, bens históricos recentemente desaparecidos.



(Anos 1940)

As BRIZOLETAS foram criadas no governo de LEONEL BRIZOLA (1959-1963), a fim de erradicar o analfabetismo, fruto do programa "Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul".

Procedimentos Operacionais Padrão em museus

Uma discussão (e prática) urgente para os museus municipais

O debate sobre a **padronização de procedimentos em museus** tornou-se incontornável diante de um desafio recorrente nos equipamentos culturais públicos: a instabilidade das equipes de trabalho. Em muitos museus municipais a alta rotatividade de pessoal compromete a continuidade das ações, a preservação dos acervos e a qualidade do atendimento ao público.

Esse cenário é agravado pelo fato de que, não raramente, a alocação de servidores nos museus ocorre por conveniências político-eleitorais, afastando-se de critérios técnicos, formação específica ou experiência na área cultural. Soma-se a isso a nefasta prática de utilizar museus como espaços de readaptação funcional de profissionais oriundos de outros setores da administração pública, muitas vezes sem o devido preparo para lidar com as complexas rotinas museológicas. Em muitos casos, essas práticas acabam por fragilizar processos institucionais anteriormente consolidados, afetando trajetórias construídas ao longo de anos (por vezes, de décadas) de funcionamento dos museus.

Diante desse quadro, é fundamental a adoção de uma política de padronização, a fim de viabilizar:

- o **controle de riscos** em museus (perda de informações, descontinuidade de projetos, gestão precária do acervo e fragilização de sua função social);
- a garantia de **memória institucional** e **continuidade** dos processos com qualidade, **independentemente das mudanças de gestão ou de equipe**.
- Sustentabilidade e segurança técnica.

Um dos primeiros e mais básicos passos dessa política é o desenho de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs).

Procedimentos Operacionais Padrão (POPs)

Documento que sistematiza, de forma clara e detalhada, o **passo a passo** necessário para a execução de um processo, tarefa ou atividade.

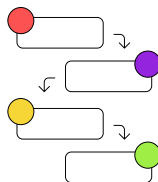
- Estabelece rotinas padronizadas e DOCUMENTADAS
- Contribui para a redução de desvios de execução
- Garante segurança, prevenção de riscos, rastreabilidade

- Facilita a capacitação de equipes e novos funcionários
- Diminui a dependência de decisões individuais, garantindo previsibilidade, continuidade e controle dos processos

Em museus, os POPs podem ser aplicados a diferentes áreas e funções:

Exposições

montagem, desmontagem, transporte interno de peças, iluminação, sinalização, limpeza dos espaços expositivos e monitoramento das condições ambientais.



Atendimento ao público

critérios para acondicionamento, manuseio, controle ambiental, higienização, acesso e circulação de pessoas, bem como protocolos de segurança e emergência.



Reserva Técnica

padronização das rotinas de recepção, mediação cultural, controle de fluxo de visitantes, acessibilidade etc.



Gestão de acervos

incorporação, registro, inventário, catalogação, movimentação e baixa



Em termos práticos, os museus municipais operam, em sua maioria, com quadros funcionais reduzidos, frequentemente compostos por um ou dois profissionais que acumulam múltiplas atribuições. Esses trabalhadores são responsáveis não apenas pela execução das rotinas operacionais cotidianas, mas também pelas atividades de gestão, planejamento e formulação de estratégias, políticas e programas institucionais.

O desenho dos procedimentos deve, obviamente, ajustar-se à realidade concreta e à capacidade operacional de cada instituição, atendendo às especificidades e limitações estruturais de cada museu.

Nesses contextos de limitação quantitativa de pessoal, os POPs na área da política de **gestão de acervos** podem ser vistos como o passo inicial mais recomendável.

Nota: a adoção de rotinas padronizadas deve ser feita, ainda que de abrangência interna ao museu (temporariamente sem vínculos com um Sistema de Gestão da Qualidade da Administração com suas metodologias, ferramentas e sistemas próprios). O desenho e a documentação aqui sugerido seria um primeiro passo para uma eventual arquitetura de gestão a ser adotada eventualmente.

Exemplo (Museus de Gramado-RS)

Gramado-RS possui três museus (Museu Major Nicoletti Filho, Museu Municipal Hugo Daros e o Museu do Trem).

Em 2025 foram elaborados os documentos ao lado, descrevendo o passo a passo de cada rotina e estabelecendo as respectivas **fichas padrão** e modelos oficiais de **termos para assinatura** em cada caso.

Em algumas rotinas foram definidos indicadores (como quantidade de itens catalogados/existentes, quantidade de itens emprestados/devolvidos etc.)

Política de Gestão de Acervos

- 001 – Procedimento padrão para Empréstimo de Entrada
- 002 – Procedimento padrão para Empréstimo de Saída
- 003 – Procedimento padrão para Recebimento de Doação
- 004 – Procedimento padrão para Catalogação de Acervo
- 005 – Procedimento padrão para Descarte

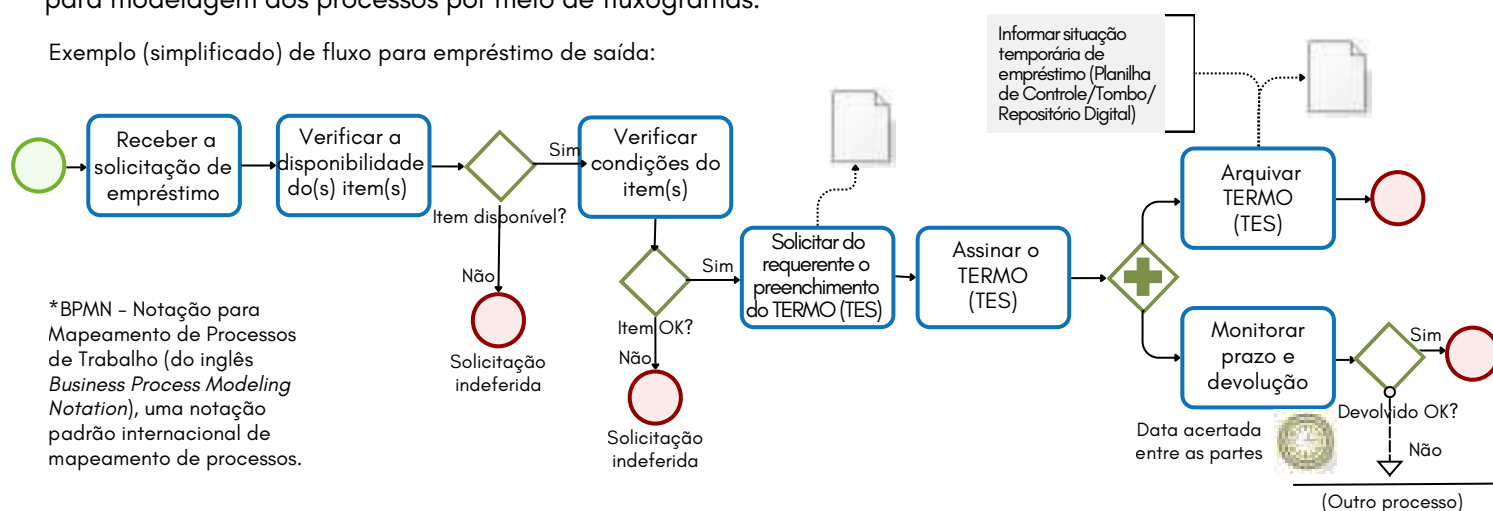
Política de Acervos Digitais (PAD)

- 001 – Padronização de Metadados e Taxonomias para Coleções de Objetos no Repositório Digital

Notação gráfica

Além do formato textual que documenta a rotina estabelecida, é bastante usual a notação gráfica padrão* para modelagem dos processos por meio de fluxogramas.

Exemplo (simplificado) de fluxo para empréstimo de saída:



Obatalá e Tainacan

A gestão museológica automatizada ainda é uma realidade distante de um grande número de museus municipais. Nesse desafio, que deve ser enfrentado nos próximos anos, as instituições têm dois grandes aliados: os sistemas gratuitos cancelados pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus): Tainacan e Obatalá.

O Tainacan possibilita a catalogação e disponibilização de coleções *online* de forma estruturada e personalizada. O Obatalá, é um sistema de gestão curatorial que automatiza o mapeamento de procedimentos operacionais.

São softwares de código aberto, gratuitos, com uma curva de aprendizagem muito acessível, que garantem independência de soluções proprietárias por instituições com recursos ou quadros técnicos limitados.

Além da óbvia vantagem da ampliação do acesso e da salvaguarda digital, estes softwares viabilizarão a interoperabilidade e a entrada dos museus municipais, por exemplo, na plataforma 'Brasiliiana Museus'.

Referências:

ABPMP BRASIL. *Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM CBOK): corpo comum de conhecimento*. Versão 4.0. São Paulo: ABPMP, 2020. 455 p. ISBN 978-65-992876-0-2.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Guia para Gestão de Processos*. Brasília, DF: MGI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/gestaodeprocessos>. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Guia de gestão por processos do Poder Judiciário*. Brasília, DF: CNJ, [20--]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 22 maio 2024. (Nota: O CNJ utiliza este guia como base para a padronização de fluxos em BPMN no PJe).

MACHADO JR., Juarez; PINHEIRO, Thiago. *Introdução à gestão de processos: módulo 1*. Brasília, DF: Enap, 2016. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2897>. Acesso em: 22 maio 2024.

Site: <https://tainacan.org/>

Ecomuseu e museu comunitário

Ecomuseu e ecomuseologia, ao contrário do que o sufixo “eco” pode sugerir à primeira vista, não se restringem à ecologia ou às questões ambientais, embora dialoguem fortemente com elas (notadamente em contextos rurais).

A ecomuseologia é uma concepção (e uma prática) ligada à ideia de ecossistema cultural, ou seja, ao conjunto de relações entre **pessoas, território, memória e práticas sociais**.

Um ecomuseu é um **museu ligado diretamente a um território vivo** e às pessoas que nele habitam. Diferentemente do museu tradicional, ele não se limita a uma sede única ou a uma coleção de objetos. Seu “acervo” inclui paisagens, saberes, modos de vida, histórias, práticas culturais e relações sociais.

O conceito está associado à chamada **Nova Museologia**, que defende museus mais abertos, participativos e **comprometidos com a realidade social, questões contemporâneas e o desenvolvimento local**, ajudando a comunidade a reconhecer sua própria identidade e valorizar o que possui.



MUSEU TRADICIONAL

foco no objeto

Instituição voltada à preservação/exposição de objetos

Onde acontece: Edifício fechado, centralizado.

Acervo: Objetos, obras e documentos.

Papel do público: Visitante, espectador.

Educação: Informativa e explicativa.

Narrativa: Geralmente oficial e institucional.

Objetivo: Conservar e expor o patrimônio.



ECOMUSEU

foco no território e na comunidade

Museu construído a partir da vida da comunidade.

Onde: Território vivo (paisagem, ruas, casas, práticas).

Acervo: Saberes, memórias, modos de vida e história local.

Papel da comunidade: Protagonista e coautora.

Educação: Vivencial, participativa e territorial.

Narrativa: Construída coletivamente.

Objetivo: Fortalecer identidade, pertencimento e desenvolvimento local.

Alguns exemplos de Ecomuseus no Brasil: da Ilha da Pólvora (RS); de Picada Café (RS); Itaipu (PR); do Quarteirão Cultural do Matadouro (RJ); do Sítio do Físico (MA); dos Caminhamentos do Sertão (DF); do Mangue (PA)

Aproximações

A museologia contemporânea é um campo em transformação. Partindo dessa premissa, é importante entender que não se trata de limitar-se ao simples enquadramento dos museus em rótulos rígidos e categorias.

Instituições museológicas que surgiram a partir de iniciativas institucionais, com acervos constituídos segundo lógicas tradicionais e com atuação inicialmente centrada na preservação e exposição de coleções, podem (em grande medida, devem!), se aproximar da ecomuseologia.

Esse ‘trânsito’ e diálogo pode se dar incorporando práticas como a escuta da comunidade, a valorização das memórias locais, a ampliação do acesso aos acervos, a educação patrimonial crítica e a construção de narrativas plurais. Nessas experiências, o museu amplia seu papel sem negar sua trajetória institucional e, sim, fazendo sua releitura à luz de novos **compromissos sociais**, tornando-o mais próximo, participativo e socialmente relevante.

Para saber mais:

Sites

- Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC)
- Cadernos de Sociomuseologia
<https://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>

Documentos Históricos:

- Declaração de Santiago do Chile (1972)
- Declaração de Quebec (1984): Marco do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)

Autores Internacionais de Referência

- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p.
- RIVIÈRE, Georges Henri. *La Muséologie*. Paris: Dunod, 1989.
- DESVALLÉES, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*.
- MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1989.

Referências Brasileiras (Museologia Social)

- CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder*. Rio de Janeiro: Edições IBRAM, 2014.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CURY, Marília Xavier. *Museologia: marcos referenciais*.
- BRULON, Bruno. *Reflexões sobre a Museologia*.
- SANTOS, Maria Célia T. M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*.
- HEYMANN, Luciana (Org.). *50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972-2022): novos olhares sobre os museus*. São Paulo: Hucitec, 2023.



Ecomuseu de Maranguape e o Programa 'Agentes Jovens do Patrimônio'

Maranguape, no Ceará, é uma cidade nacionalmente conhecida como terra natal do ator-comediante Chico Anísio, famoso, dentre tantas obras, pela consagrada "Escolinha do Professor Raimundo". Em Cachoeira, um dos 17 distritos do município, existe, desde 2006, uma representativa experiência de ecomuseologia comunitária: um Ecomuseu.

O Ecomuseu de Maranguape está fundado em um cenário de marcante representatividade histórica e organização comunitária: na década de 1970, um movimento associativo conquistou a posse da terra para famílias agricultoras. Neste território de gestão coletiva, três elementos histórico-arquitetônicos do período Colonial se destacavam: um **antigo Casarão**, uma **Capela** e um **Açude**, que foram construídos por trabalho escravizado entre as décadas de 1840/1860.

Nos anos 2000, a partir do diálogo com a Fundação Terra e redes de Museologia Comunitária, Cachoeira segue aquela perspectiva comunitária transformando esses três patrimônios históricos edificadas em um conjunto cultural que desenvolve projetos de socio-educativos em parceria com a Escola pública da comunidade (Escola Municipal José de Moura).

Ao longo de sua trajetória, Ecomuseu e Escola desenvolvem ações estruturantes em pesquisa, formação e educação integral baseada no patrimônio cultural, em perspectiva de fortalecimento da comunidade enquanto sujeito ativo da ação museológica.

Entre essas ações, destacam-se a construção de um **calendário cultural comunitário** (valorizando saberes, meio ambiente, memórias e celebrações) e o **Programa de Formação de Agentes Jovens do Patrimônio**.



Alguns Agentes da 1ª turma
(2006-2009)

Agentes Jovens do Patrimônio Cultural

Concebido como uma ação educativa estruturante, envolve crianças e jovens da comunidade local na preservação, interpretação e disseminação do patrimônio cultural e social de seu território, atuando como mediadores, guias e multiplicadores nos projetos do Ecomuseu.



O programa cresceu ao longo dos anos, integrando-se a políticas públicas e parcerias institucionais, como o Programa Ponto de Cultura e programas educacionais. Entre 2009 e 2011, sua segunda edição ampliou a formação para cerca de 50 jovens, com currículo estruturado em temas ligados à educação sobre o patrimônio material e imaterial da própria comunidade, história e cultura local e práticas educativas.

A metodologia combina aprendizagem teórica e prática, fortalecendo vínculos entre memória, identidade e território e a capacidade dos jovens como guardiões da memória coletiva, conferindo-lhes protagonismo social e ampliando suas oportunidades de inserção educativa e profissional. Segundo relatos, muitos desses jovens aplicam esse conhecimento em contextos acadêmicos e comunitários, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local sustentável.

Para saber mais:

- https://ecomuseudemaranguape.blogspot.com/p/tecnologia-social-com-base-na-educacao.html?utm_source=chatgpt.com
- ALMEIDA, Nádia Helena Oliveira. *Ecomuseu de Maranguape: uma museologia de práxis comunitária*. Taquara: ResearchGate, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344258797_Ecomuseu_de_Maranguape_Uma_Museologia_de_Praxis_Comunitaria. Acesso em: 7 jan. 2026.

Professores Dejané Costa, Dalisson Cavalcante, Lêda Costa e a museóloga Nádia Oliveira, são alguns dos educadores e pesquisadores do projeto



Visita do historiador Wanderley Cavalcante (Gramado-RS) para conhecer as experiências do Ecomuseu.

A mediação sobre o acervo e a história do território foi repassada pelos próprios alunos da Escola Municipal José de Moura.





Pesquisa

Os Autos de Medição

Eduardo da Silva Weber e Wanderley Cavalcante

Os Autos de Medição são fontes essenciais para estudar a formação das propriedades e a ocupação do território de Gramado e região, na segunda metade do século XIX, antes e durante o povoamento por imigrantes teuto e ítalo-brasileiros.

Eles ajudam a revelar como grandes porções de terras foram concentradas e depois fracionadas em lotes para comercialização com colonos, a partir de quatro grandes proprietários iniciais.

Os Autos de Medição eram documentos que reuniam registros dos processos de medição e demarcação de propriedade, para revalidação e legitimação de posses de terras exigidas pela Lei nº 601 (Lei de Terras de 1850) e do respectivo Regulamento nº 1.318 de 1854.

Essas normas exigiam que o ocupante da terra comprovasse a posse legítima e definisse seus limites, em áreas ocupadas ou adquiridas antes de 1850. O processo ficava registrado nos Autos de Medição.

No final dos anos 1870, com a colonização avançando ao norte e ao sul de Gramado, **quatro grandes proprietários** correram para medir as terras que consideravam suas.

Em 1880 e 1881, eles solicitaram medição e demarcação a fim de regularização de vastos domínios que correspondiam à maior parte do território atual de Gramado



- **José Manoel Corrêa**
16.480.000 m² – entre o atual centro e o rio Caí; Linhas Nova, Bonita e São Roque

- **Henrique e Luiz Bier**

22.375.000 m² e 3.872.000 m²
– entre a Serra Grande, parte da Várzea Grande, Moreira e parte do atual Centro

- **João Petry**

8.034.212 m² – entre as terras do Bernardes, a partir da Linha 28, a atual região central e as terras de José Manoel Correia, limitando com terras devolutas na direção de Canela

- **José Bernardes da Silva**

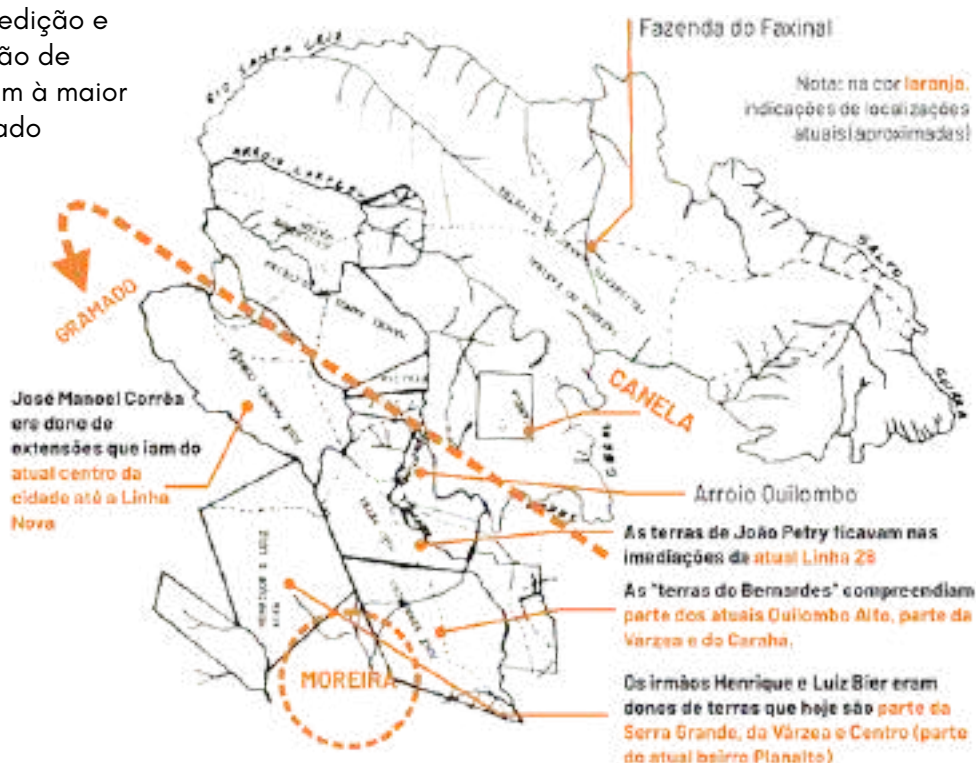
10.478.038 m² – entre o Quilombo Alto, Várzea Grande e Carahá



Trecho do documento

[...] o agrimensor Ernesto Miguell ...declarou que tendo procedido a medição e avaliação da área das terras cultivadas e aproveitadas encontrou a área superficial de terras desfrutada de cinco milhões duzentos e trinta e nove mil e dezenove metros quadrados, e que **adjudicaria igual quantidade de terreno devoluto ladeando o terreno ocupado ficando o todo do terreno em dez milhões quatrocentos e setenta e oito mil e trinta e oito metros quadrados [...]**

Autos de Medição – José Bernardes da Silva (1888), grifo nosso.



Esquema adaptado do original do pesquisador Sebastião Fonseca de Oliveira.

A análise dos Autos de Medição, enquanto registros que conferiam legalidade às posses, levanta questões importantes sobre a legitimação de vastas extensões em mãos de poucos proprietários. É lícito questionar sobre **até que ponto tais processos refletiam de fato a ocupação efetiva e produtiva do solo**. Essa minúcia ganha relevância quando lembramos da histórica dificuldade enfrentada por trabalhadores pobres, ex-escravizados, caboclos, pequenos posseiros, para registrar ou comprovar a ocupação da terra no Brasil. Restava, em larga medida, a estes elementos, a expulsão de suas terras ou a submissão ao proprietário juridicamente legitimado, sob a condição de agregados, semi-escravizados ou apadrinhados.

Planta d'uma posse de terras de cultura pertencente a José Manoel Corrêa. 1881



Do ponto de vista historiográfico, este quadro remete a uma interpretação recorrente: a de que os processos de medição e demarcação de terras no Brasil, especialmente após a Lei de Terras de 1850, frequentemente privilegiaram indivíduos ou famílias com maior poder econômico, influência política e acesso a redes de contatos administrativos. Como observou Emília Viotti da Costa, a legislação “foi concebida não para democratizar o acesso à terra, mas para garantir sua concentração nas mãos daqueles que dispunham de capitais e de prestígio social”[1]. Nesse mesmo sentido, Raymundo Faoro identificou na história brasileira a permanência de um padrão patrimonialista, em que “a propriedade da terra não resulta da livre concorrência, mas da doação, da concessão e do favor político”[2]. Assim, a legalidade da propriedade vinha de sua regularização em benefício dos já favorecidos, reproduzindo desigualdades estruturais.

[1] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1987, p.103.

[2] FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1975, p.114

Para saber mais:

- MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2003.
- Os Autos de Medição estão disponíveis no Arquivo Histórico do RS (AHRs)



Guardiões da História

Sebastião Fonseca de Oliveira

Homenageado em 2025 como Patrono da Feira do Livro de Gramado, Sebastião é autor de diversos trabalhos baseados em vasta pesquisa.

Seu livro ‘Antigos Povoadores de Gramado’ foi um dos primeiros do município a basear suas pesquisas nos Autos de Medição. Nele, também estão registrados os troncos dos posseiros e primeiros povoadores de Gramado.



Sebastião foi um dos protagonistas da retomada da proteção da antiga estação férrea da Várzea Grande (nas fotos, com Diolinda Valentini, Iraci Koppe, Nelson Dinnebier, Henriqueta Bezzi Paschoal e outros). Imagens de 1998/1999. Acervo Iraci Koppe.

ESPECIAL TEMÁTICO

QUEM MANDA NA HISTÓRIA? – O Coronelismo e as marcas do poder no nosso patrimônio

Uma aproximação didática sobre o tema no 5º Distrito de Taquara e região

Mais que uma relíquia arquitetônica do passado, os **prédios históricos** guardam também significados econômicos, políticos, sociais e culturais que precisam ser bem conhecidos. Assim como os **objetos** expostos nos museus, eles podem evocar mais do que curiosidades de outros tempos.

Nessa perspectiva, este **Especial Temático** traz um assunto ainda pouco abordado nos museus regionais: o Coronelismo, notadamente em suas variantes no sul do país e na região do Vale do Paranhana. É um convite a todos que trabalham com memória e patrimônio, para iniciarmos esse importante debate.

Como o conceito de Coronelismo se manifesta no patrimônio, nos museus e no território?

Como estamos, para além de mostrar e incentivar a contemplação nostálgica de “peças do passado”, trabalhando o tema na Educação Museal e Patrimonial?

Nessa abordagem queremos tentar enxergar, através dos bens patrimoniais e dos objetos de museus de hoje, um fenômeno político que marcou nossa história ao longo de décadas. Entender mais amplamente suas relações com a vida social e o cotidiano da maioria das pessoas de sua época e cujas características se refletem fortemente em questões do presente.



Entendemos por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Têm sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal [...].

Por borgismo devemos entender o período de atuação de Borges de Medeiros à frente do executivo gaúcho como presidente do Estado e chefe do PRR, de janeiro de 1898 até janeiro de 1928. Inclui-se aqui o interregno do governo Carlos Barbosa (1908-1912) por continuarem as mesmas diretrizes políticas [...].

(Félix, 1996, p.28)



CONCEITO

Sistema político nacional, típico da Primeira República (1889-1930), baseado em **barganhas e troca de favores** entre o governo e os coronéis.



Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.



O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária.



O coronel garante seu apoio ao governo estadual, sobretudo na forma de votos.



No contexto da Primeira República (1889-1930), o termo “**coronel**” não é, necessariamente, relacionado à patente militar.

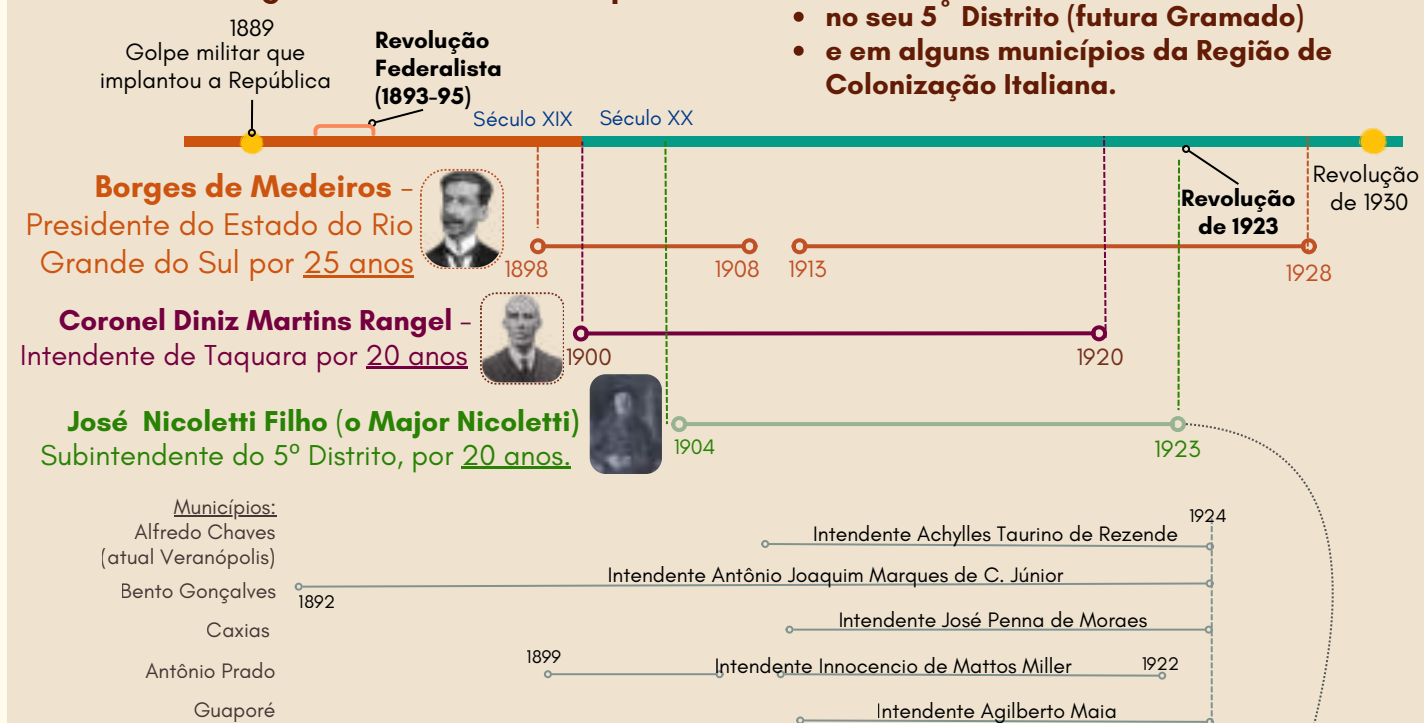
O título surgiu com a criação da Guarda Nacional no Império (1831), e podia ser comprado ou concedido a grandes latifundiários, comerciantes ou industriais mais abastados para comandar as milícias locais.

O termo passou a designar indivíduos da elite política e econômica que exerciam o **mando** político supremo de um município ou região.

(Adaptado de Carvalho, 1998, p.132-133)

Coronelismo borgista - Permanência no poder

- no município de Taquara
- no seu 5º Distrito (futura Gramado)
- e em alguns municípios da Região de Colonização Italiana.



Coronelismo borgista

Instrumentos do autoritarismo castilhistaborgista, fundados na Constituição de 1891 (para isolar ou neutralizar resistências oposicionistas):

- **Controle do judiciário** - nomeação e promoção de juizes e promotores
- **Intervenção/controle no legislativo estadual e municipal**
- **Extinção, criação e fusão de distritos, comarcas e municípios**

Características, diretrizes e práticas:

- **Clientelismo**
- **Nomeação estratégica de dirigentes**
- **Controle dos cargos públicos** (desde o delegado de polícia até a professora primária)
- **Ações violentas, coerção e outros expedientes, legais ou extralegais**
- **Cooptação de adversários**
- **Controle do processo eleitoral e fraudes**

O tipo de fraude perpetrada limitava-se apenas à imaginação do chefe local do partido. As formas mais comuns eram o registro ilegal de estrangeiros, menores e residentes de outros municípios; o aumento ou a diminuição dos totais eleitorais na contagem oficial do município; alteração das listas eleitorais; a recusa em organizar votações; a recusa, através do juiz local, em registrar votos para a oposição; e o desvio de fundos municipais para campanhas políticas.

(Love, 1975, p.84)



Major José Nicoletti Filho: atuou como líder maragato na Revolução Federalista (1893-1895). Por volta de 1895, aderiu ao PRR, tornando-se desde então fiel aliado do castilhismo-borgismo. Nesse contexto, exerceu diferentes funções: delegado em Taquara, subintendente em São Marcos e subintendente do 5º Distrito (futura Gramado) até 1923, quando foi nomeado comandante do Corpo da Brigada em São Francisco de Paula.

O Clientelismo

Clientelismo e coronelismo não são sinônimos. O clientelismo é um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, bens e serviços, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.



Charge de Storni, revista Careta, 19/02/1927, p.14

Expressões como "**voto de cabresto**" ou "**mandachuva**" são típicas do período.

O "favor" do Coronel (remédio, transporte, materiais de construção, emprego etc.) era a "moeda" de troca para os votos e a lealdade política. Em situações de limitadas oportunidades de vida, o coronelismo é fortalecido por **laços de subordinação e dependência**. O coronel controlava, empregados, jagunços, agregados, vizinhos, meeiros, parceiros, familiares, apadrinhados, que aceitavam seu poder, seguiam suas instruções e ordens. Ao cidadão restava, como opção mais tranquila, o situacionismo, isto é, ser partidário do governante e beneficiário da situação.

Outros conceitos correlatos:

Mandonismo: forma de poder concentrada em um indivíduo: o **mandão**, o potentado, o chefe ou “cacique” político, o caudilho, o coronel. Trata-se de um domínio pessoal e arbitrário sobre um grande grupo, normalmente a partir de uma base material de poder (propriedade da terra ou de outro ativo, recurso-chave, instrumentos de controle etc.). O coronelismo, como sistema, pode ser visto como um tipo particular de mandonismo.

Patrimonialismo: forma de relação com o poder onde não se faz distinção entre a esfera pública (governo, Estado) e a esfera privada (interesses pessoais, familiares); confusão entre o público e o privado, na qual o bem público é tratado como bem particular, para fins pessoais. O **nepotismo** (uso da posição de poder para nomear, contratar ou favorecer parentes ou pessoas próximas para cargos públicos) é uma forma de patrimonialismo.

O tema em documentos

Patrimonialismo

[...] o Intendente construiu a sua casa de moradia juntamente com o edifício da municipalidade.

Operários e material das duas obras eram pagos pela intendência.

[...] além dessas acusações, disseram-me também que o cel. Diniz instalou o seu cartório de notas numa sala da intendência, sem retribuição de espécie alguma ao município. [...] Parece evidente que o administrador se deixou guiar, de facto, pelo desejo de valorizar terrenos de sua propriedade.

Trechos de carta de João Pinto da Silva a Borges de Medeiros (7/10/1920). O emissor foi enviado por Borges para averiguar uma série de denúncias contra o Coronel Diniz Martins Rangel, feitas pela dissidência local do PRR.

Cooptação

É a absorção ou integração de indivíduos, lideranças de oposição, utilizando-se da estrutura governamental e de benesses estatais como uma “ação política realizada sem violência”.

[...] havia todo um aparato ideológico consubstanciado num esquema de propaganda e rituais [...] um procedimento regular de “supervalorização” dos chefes municipais e dos intendentess.”

(Félix, 1996, p.147)

[...] com a absorção, a cooptação do coronelismo ao nível municipal feita através dos [...] instrumentos ideológicos típicos do borgismo: discursos, cerimônias de homenagens políticas, elogios, inauguração de “retratos” dos coronéis intendentess nas sedes municipais, natalícios, etc.

Em síntese, as mais diferentes formas que o poder usa para se manter agrupadas nestes dois grandes conjuntos - coerção e cooptação - visando a atingir a hegemonia.

(Félix, 1996, p.141)

O Coronel burocrata

O historiador Sérgio da Costa Franco sugere a existência de um coronelismo atípico durante o período castilhistaborgista, o **coronel burocrata**, “não vinculado necessariamente à fortuna ou à propriedade da terra”.



[...] chefe municipal às vezes sem fortuna e sem raízes locais, porém armado de extraordinários poderes de coerção [...]

Os “coronéis” burocratas sempre foram inteiramente submissos ao chefe unipessoal do partido, que, a partir da morte de Castilhos, em 1903, confundia-se com a pessoa do presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros.

(Franco, 2002, p.132)



No caso específico dos distritos de Taquara, a relação entre a política regional e a estadual ainda carece de estudos mais aprofundados.

Contudo, é plausível supor que, apesar das especificidades locais, a região tenha reproduzido métodos de governo do Partido Republicano Riograndense (PRR) no poder e da hegemonia borgista.

Aparato policial



Subchefes de polícia



- Em geral nomeados entre coronéis/políticos-chave da região. Atuava “como intermediário na cooptação política do coronel ao borgismo, ou na repressão, quando era impossível a cooptação”

Delegados municipais e subdelegados distritais



Brigada Militar



Corpos provisórios civis



- Em geral recrutados para atuar em redutos oposicionistas

Guardas de Quarteirão



- Uma espécie de fiscal de posturas. No 5º Distrito, por exemplo, este cargo foi ocupado pelo comerciante-tropeiro **Tristão José de Oliveira**, nomeado por seu padrinho, o intendente de Taquara, **Diniz Martins Rangel**.

A coerção, igualmente, assumia diversas modalidades, desde a mobilização de unidades da Brigada Militar até o uso de táticas violentas com capangas; ameaças de demissão frequentemente bastavam para manter submissos os funcionários públicos civis.

(Love, 1975, p.84)

O tema em documentos

Clientelismo e cooptação

[...] me comprometi com os Cassalistas e Gasparistas que eu arrumaria a aula se eles se compromettessem a vir para as fileiras do nosso partido e eles me prometerão que sim. [...] com a criação dessa aula, desaparecia completamente a oposição que temos em Dois Irmãos...

Trecho de carta de Raymundo Corrêa (São Leopoldo, 2/2/1904), anexa à carta do Coronel João Corrêa a Borges de Medeiros (Canela, 6/2/1904)

O panorama conceitual é aqui apresentado de forma didática e utilizando-se de esquemas. É fundamental evitar o uso generalizante dos conceitos. Apesar de suas características gerais, existem diferenças significativas de região para região do país, entre estados e entre municípios ou distritos. É preciso atentar para as particularidades regionais ou locais para evitar erros de análise e a transposição mecânica dos conceitos para diferentes realidades. Consideramos fortemente recomendável a pesquisa e a leitura de bibliografia correlata.



O poder que é marcado em ruas e praças

Rua Cel. Diniz (hoje Av. das Hortênsias)
Rua Dr. Borges de Medeiros

As designações das ruas e das propriedades do centro de Gramado, neste mapa da década de 1930, ilustram bem o papel do PRR: predominam nomes de personagens do partido que ficou no **poder por quase 40 anos**:

rua Dr. Júlio de Castilhos, rua Dr. Borges de Medeiros, rua Cel. Diniz, rua João Petry, rua João Corrêa; mais tarde rua João Fisch, praça Major Nicoletti etc.

Existiu, inclusive, a proposta oficial de Gramado ser chamada de 'Dinizópolis', em homenagem ao intendente de Taquara.

Casa do Major Nicoletti
Rua João Corrêa

Planta dos terrenos situados no povoado de Gramado, sede do 5º Distrito do município da Taquara, pertencentes a José Adriano Flesch e outros. Escala - 1:2500. Data: 21/01/1936.

[...] as antigas denominações das ruas, dos becos e das praças, que estavam ligados ao passado às práticas cotidianas, aos primeiros habitantes destes espaços ou a personalidades e acontecimentos significativos do período imperial, foram sendo substituídos por nomes políticos ligados à causa republicana e ao PRR.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: GOLIN, Tau et al. República Velha (1889 - 1930). Passo Fundo: Méritos, 2007, V. 3, t.2.

Essas transformações urbanas dialogavam com processos em curso nas principais cidades brasileiras do período.

Manifestavam-se não apenas na alteração de topônimos, mas também em projetos de modernização que buscavam inspiração em modelos europeus (entre os quais se notabilizava o francês). Eram, em geral, acompanhados da remoção de populações consideradas indesejáveis para áreas periféricas.

Exemplos emblemáticos desse movimento: o "Bota-Abaixo" no Rio de Janeiro; as intervenções conduzidas no governo de José Montauray em Porto Alegre (o chamado "eterno intendente", no cargo por 27 anos, de 1897-1923); e a adoção do estilo *Belle Époque* em Fortaleza. Todos marcados por uma concepção de progresso associada à ordem, à estética urbana e à reorganização social do espaço.

Para saber mais sobre transformações urbanas no período:

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

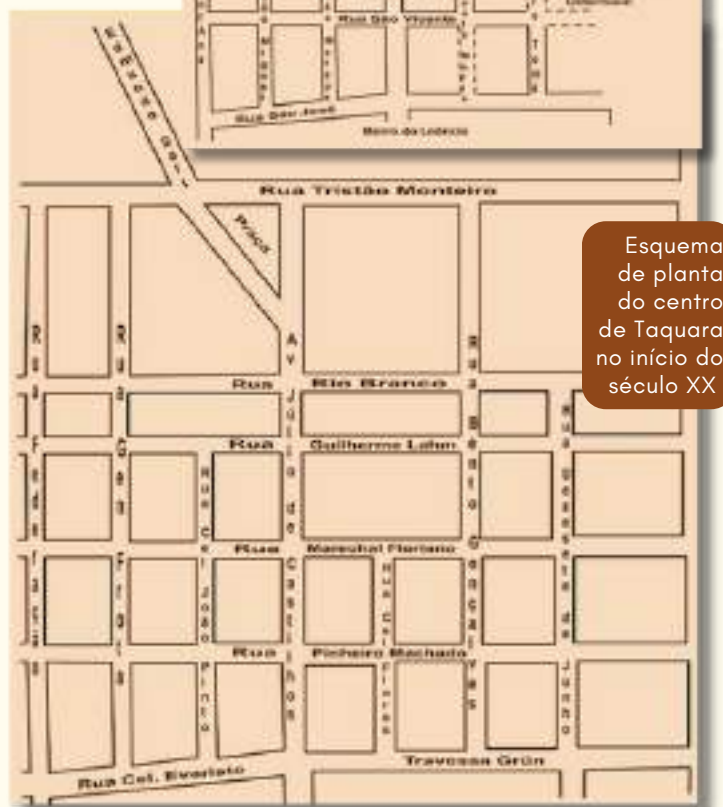
MÜLLER, Alex Juarez. Paisagens urbanas e suas representações fotográficas: cidade de Taquara 1882-1930. 2010. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O espetáculo da rua: Porto Alegre, Paris e Rio de Janeiro (1890-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e Controle Social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

Alterações de nomes de ruas e avenidas em Taquara para nomes ligados ao PRR

Esquema de planta de Taquara (Mundo Novo) no final do século XIX



Esquema de planta do centro de Taquara no início do século XX

O Poder que se ergue: coronelismo e patrimônio edificado



Prédio inaugurado em 1908, na gestão do Coronel Diniz Martins Rangel (1900-1920). À época, abrigou a intendência, o fórum, cartórios, polícia municipal, e a cadeia pública.



Antiga casa do subintendente Major José Nicoletti, tinha vista direta da estação de trem do centro do antigo 5º Distrito (Gramado)

O Coronelismo manifesta-se no que é considerado patrimônio em grandes casarões, palacetes, sobrados, estátuas, fardas e na própria configuração das cidades.

O patrimônio edificado de uma época pode funcionar como um "texto" que narra quem estava no topo da pirâmide social e como o espaço público era usado para reforçar prestígio e controle.

Quando olhamos para um casarão histórico, um "palacete", uma praça central ou mesmo uma igreja imponente, não estamos vendo apenas estética e "formas e técnicas antigas" de construção. Podemos ver também a materialização de poderes e hierarquias.

No contexto do Coronelismo, o território municipal era palco de dominação. O **Coronel** não apenas administrava um lugar. Ele governava pessoas, desenhava e controlava a cidade.

As relações de mando e dependência não se restringiam a ocupantes de cargos públicos, como intendentes, subdelegados ou conselheiros (vereadores). Além de nomes de ruas e avenidas, também é comum encontrarmos nas edificações a memória histórica de membros da elite econômica do lugar.

Em diversos casos, objetos de museus e centros históricos reforçam essa visão (e prática) que privilegia a memória da elite econômico-política.

Assim, para além da contemplação curiosa e nostálgica é possível **fazer perguntas ao OBJETO e ao PRÉDIO**.

Educar para o patrimônio no contexto do Coronelismo exige que o museu deixe de ser um depósito de relíquias (como o antigo conceito de "gabinete de curiosidades") para se tornar um espaço de diálogo.

Trabalhar o tema é transformar a visita ao museu ou o roteiro histórico em um método de leitura do mundo, onde o visitante não é um espectador passivo, mas um sujeito que reconhece no patrimônio as marcas de um sistema que estruturou a sociedade brasileira.



Objetivo: substituir a explicação técnica por perguntas que devolvam a responsabilidade da interpretação ao visitante. Assim, o aluno deixa de ser um espectador da "glória alheia", da "história do outro" para se tornar um investigador das relações sociais e de poder que estruturaram sua própria comunidade.

Roteiros de mediação - a pedagogia da provocação



- Porque o casarão do líder político geralmente ficava em frente à praça principal, (ou ao lado da igreja ou próximo à estação de trem)?
- Considerando a arquitetura do prédio, como se dava a vigilância sobre o espaço público e sobre quem chegava e quem saía da cidade?
- Quem tinha permissão para entrar neste prédio no passado? Quem entra nele hoje? O que mudou?
- O Estado (através do tombamento) protege o prédio ou a memória do 'benfeitor' que o construiu?
- Olhe ao redor e identifique um local (ou grupo de pessoas) que você acha que deveria ser patrimônio, mas não tem placa nem proteção.

Memórias em debate



- Por que o casarão do coronel é patrimônio e a vila operária, a casa de madeira do colono, o cortiço ou o porão que servia de moradia não são?
- Onde se encontram os monumentos e referências aos tropeiros, aos ferroviários, aos colonos?
- É possível considerar um monumento ou uma placa de patrimônio a setores subalternos ou marginalizados? (Ex.: trabalhadores que pavimentaram as ruas com xaxim, grupos e legiões que trabalharam em obras públicas, primeiros professores, o tropeiro...)
- O que você considera "patrimônio" na nossa cidade?
- Quem decidiu que esses lugares são importantes?
- O patrimônio serve para lembrar ou para nos fazer esquecer de certas coisas?



Estruturas administrativas e designações dos cargos naquele período:

- Prefeitura: era **Intendência**
- Prefeito: era o **Intendente**.
- **Subintendente**: "vice-prefeito" dos distritos.
- Governador: **Presidente do Estado** (ou da Província),
- Vereadores: eram chamados **Conselheiros**
- Câmara de Vereadores: era **Conselho Municipal**

O Poder que é narrado

É bastante comum na leitura histórica das cidades o uso de termos como “fundador”, “benfeitor”, “visionário”, em referência a homens que ocuparam cargos de poder.

Nesse tipo de narrativa envereda-se pela explicação da história principalmente a partir da ação de “grandes homens”, “ilustres benfeitores”, quase heróis que seriam os responsáveis principais (ou únicos) pelo desenrolar da história e pelo desenvolvimento do lugar.

Normalmente faz-se uso, e por vezes abuso, de uma escrita conhecida como ‘laudatória’, que costuma extrapolar o papel do agente histórico humano e transita entre o uso de referências elogiosas e acríicas e a exaltação e glorificação desses personagens individuais (ou mesmo coletivos).

Nesse tipo de abordagem, fatores econômicos e sociais, por exemplo, são ocultados ou submergem completamente diante da ação individual do líder, ou da “saga” coletiva de um grupo ou etnia. Oferece-se, assim, o risco de explicações simplistas para os complexos processos históricos, ou de narrativas romantizadas e idealizadas da história do lugar.

Também é comum a sobreposição de uma crônica do passado ancorada na institucionalidade, nos marcos dos poderes constituídos (na qual o enredo todo repousa nas trajetórias do coronel, do padre, do juiz, do chefe do cartório, dos intendentos, dos prefeitos...), que tende a apresentar e reproduzir sobretudo a ‘voz’ das elites dirigentes. No limite, esse modelo de análise contribui para a invisibilização de coletividades, grupos, etnias etc.

Roteiros de mediação - a pedagogia da provocação



- É possível detectar na visita ao museu, no roteiro histórico ou na mediação educacional elementos que privilegiam a narrativa da condução histórica pelos “grandes homens”, pelos “heróis”?
- Onde e como é possível detectar a ação de agentes coletivos?
- Este objeto representa o trabalho de quem? Se é um casarão, quem o construiu? Se é uma ferramenta, quem a operava?
- Como este item demonstra prestígio ou autoridade (fardas, insígnias, bengalas ou até a localização de um busto no museu)?
- O museu exhibe o objeto como um símbolo de “heroísmo” ou como um vestígio histórico?
- Se pudéssemos tomar um “patrimônio da resistência” na nossa região hoje, qual seria?

Conexões com o Presente (O “Hoje”)



Nem heróis, nem bandidos

Não se trata, evidentemente, de negar o papel do indivíduo no processo histórico. Muito menos julgar, ou, como se diz hoje, “cancelar” o personagem. Mas, sim, de analisá-lo em sua dimensão humana, com suas contradições, erros e acertos, e como homem inserido em seu tempo.

O estudo da história ancorado em mitos e heróis infalíveis parece contribuir com um efeito colateral bastante evidenciado nos últimos tempos: a **dicotomia**, um tipo de **visão de vida e do mundo que separa as coisas em dois únicos lados**: de um lado está todo o Bem, do outro está todo o Mal. Esse tipo de “oposição”, que nos educa desde a infância nos contos de fada, nas mitologias, nas produções de entretenimento (como histórias em quadrinhos, desenhos de animação e cinematografias), é transplanteda para a complexa vida humana.

Essa visão tem sido um terreno fertilíssimo para a criação de heróis modernos, “salvadores da pátria” e infalíveis. Nos últimos anos, testemunhamos a facilidade com que as grandes mídias fabricam esses heróis e como eles são assimilados por grande parte da população de forma absolutamente acrítica e maniqueísta. Rapidamente passam a ser cultuados como representantes inquestionáveis do ‘Bem’ por legiões de seguidores.

O mito, o “herói”, assim produzido e inflado, produz um dos fenômenos mais prejudiciais à compreensão humana do seu entorno e ao debate e convívio em sociedade: a perda de capacidade crítica e autocrítica do seu seguidor. Este, comumente alimentado por medos, preconceitos e desinformação, passa a demonizar a posição contrária, a perder a capacidade de ponderar perspectivas diferentes de visão e a seguir cegamente aquilo que a “verdade” do seu líder lhe oferece.

Não é, certamente, para cumprir esse papel que servem a ciência e a história.



Memórias em debate



- O que significa “fundar” uma cidade? Os termos “fundar” e “fundador” podem ser usados em um sentido coletivo, por exemplo, referindo-se ao conjunto de comunidades que construíram a cidade ao longo de décadas?
- Seria adequado usar esses termos para além do ato administrativo que criou institucionalmente o distrito ou o município?

Conexões com o Presente (O "Hoje")



- Como aquela antiga "rede de favores" e dependência, moldou a vida das pessoas comuns — nossos avós e bisavós — e como essas práticas ainda deixam cicatrizes no nosso jeito de fazer política hoje?
- Certas práticas coronelistas ainda existem com outros nomes hoje (Lideranças locais, influenciadores de opinião, chefes políticos)?
- Ainda vemos a confusão entre o que é público e o que é privado (uso de bens públicos para fins particulares)?
- Como o acesso a certos espaços ou serviços hoje ainda depende de "favores" ou "conhecidos"?
- Hoje o voto é secreto e eletrônico, mas ainda existem formas de pressão, de mando ou troca de favores por votos?



Mapeamento de lacunas: caminhando pelo roteiro histórico ou pelas salas do museu, cada grupo deve identificar uma "ausência". Em vez de listar o que está no museu, desafie os alunos a listar o que falta.

Roteiros de mediação - "O Inventário do Invisível"



- "Falta a história das mulheres?", "Falta a história dos trabalhadores da indústria tal?", "Falta a história de etnia tal..."
- Falta a história dos conflitos, das divergências, dos dissensos, das lutas políticas etc.
- Quais histórias não estão escritas na etiqueta (legenda) do objeto no museu?

A transição do Império para a República no Rio Grande do Sul e o coronelismo tiveram como cenário conflitos pelo controle do aparelho estatal gaúcho entre dois grupos de elite:



REVOLUÇÃO FEDERALISTA Luta pelo poder entre duas facções políticas no RS



Gaspar Silveira Martins

Júlio de Castilhos



FEDERALISTAS
"Maragatos"



REPUBLICANOS
(PRR) "Pica-Paus"



Assis Brasil

FEDERALISTAS
"Maragatos"



**+
dissidentes do PRR**

Borges de Medeiros



REPUBLICANOS
(PRR)
"Chimangos"

REVOLUÇÃO DE 1923 Reação armada da oposição à ditadura castilhisto-borgista

A Revolução de 1923 pode ser entendida como resultado de disputas que se arrastavam desde a Revolução Federalista de 1893-1895, entre dois projetos de poder (há antecedentes no Império, entre Liberais e Conservadores).

O levante de 23, liderado por Assis Brasil, significou a reativação de um conflito histórico mal resolvido, agravado pelo domínio castilhisto-borgista por mais de 30 anos.

O poder que silencia conflitos e tensões

Chama atenção, nesse conjunto de narrativas, as lacunas na produção memorialista e historiográfica acerca dos episódios históricos acima, bem como sobre os **conflitos com povos originários** e a perseguição sistemática que levou à sua expulsão ou extermínio.

As rupturas e disputas políticas (inclusive internas ao PRR) que também estruturaram o poder local, são invisibilizadas (como o caso da possível identificação do proprietário José Manoel Correia com os opositores maragatos, como a família Leão, na região de Moreira e Caboclos, ao sul de Gramado). A ideia que transparece, com esse silenciamento, é a de uma história de permanente consenso, continuidades, com elites homogêneas, coesas; o conflito, as divergências, as rivalidades (muitas vezes cruéis) parecem ser exceções não merecedoras de atenção.

Questionar essas ausências e, principalmente, **pesquisar** sobre elas, vai além de meramente destrinchar um "pacto de memória" pacificada que sustenta essa narrativa. Busca, principalmente, refletir sobre o que se perde, em termos de compreensão histórica, quando o dissenso, os conflitos e as violências (reais e simbólicas) são relegadas à margem ou ao esquecimento.

O Poder que se entrelaça

A centralidade individual do Coronel investido no cargo público (intendente, subintendente, delegado etc.) não pode ser confundida com o sistema. Este, com o coronel à frente, é a expressão concentrada de um conjunto de interesses de elites econômicas que se aliam (e, obviamente, também conflitam entre si).

Comerciantes donos de vendas, empresários madeireiros, grandes proprietários de terras, profissionais liberais e até membros superiores de igrejas, compõem esse sistema que tem o coronel como elemento central.

Entre estes setores e o governo funcionava uma rede de reciprocidades e alianças, na qual fidelidade política, acesso a cargos e recursos públicos e favorecimentos econômicos formavam um tecido de dependências mútuas.

À educação patrimonial, é fundamental pesquisar o entrelaçamento de interesses econômicos, políticos, sociais e de parentela, a fim de enriquecer as possibilidades de percepção (no objeto, no prédio, no roteiro) da sociedade da época.



Coronel João Corrêa Ferreira da Silva

Figura de destaque no campo empresarial, como empreendedor de grande projeção, construtor, dentre outras obras, da ferrovia Taquara-Canela, João Corrêa também integrava os quadros dirigentes do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Em 1903, o empresário adquiriu do Capitão Felisberto Soares de Oliveira, uma área de 19.862.950 m², em Canela. A partir desse mesmo ano, sua empresa foi responsável pela construção de uma estrada de rodagem com investimento e concorrência pública realizados pelo governo estadual. Tratava-se da estrada Parobé-Linha Nova, que ligava Parobé (2º Distrito de Taquara) à Linha Nova (então sede do 5º Distrito) com uma bifurcação para as terras adquiridas por João Corrêa, em Canela.

Em 1908, quatro anos antes da abertura de licitação para a construção da linha férrea Taquara-Canela, da qual foi vencedor, João Corrêa adquiriu, de Ignácio Saturnino de Moraes, mais 18.968.000 m². Assim, totalizava mais de 38 milhões de metros quadrados e se tornando praticamente o único dono das terras do território que um dia se tornou o município de Canela.¹ Além da exploração do setor madeireiro, iniciou um incentivo à compra de lotes para povoamento.



João Corrêa entre filhos, amigos e trabalhadores - Acervo família Franzen Corrêa

O historiador Sérgio da Costa Franco interpreta que as correspondências pessoais mantidas entre Corrêa e Borges de Medeiros, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, revelam uma "forte solidariedade política entre os dois homens públicos, reforçada, provavelmente, por laços de amizade"².

Chefe de um dos dois grupos em que o PRR se dividia em São Leopoldo, João Corrêa alcançou o cargo de Intendente daquele município, exercendo-o entre 1924 e 1928, ano de seu falecimento. Esse período, coincide com a consolidação de uma elite regional fortemente integrada aos mecanismos de poder e de controle político do Estado.

¹ STOLTZ, Roger. **Primórdios de Canela: Nascente Turístico** do RS. Canela: NBS.Ltda, 1992.

PETIT, Eloísa Corrêa. Coronel João Corrêa Ferreira da Silva: História e Vida. In: OLIVEIRA, Pedro, BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Raízes de Canela**. Porto Alegre: EST, 2003.

² FRANCO, Sérgio da Costa. Notas Sobre João Corrêa Ferreira da Silva: O Fundador de Canela. In: OLIVEIRA, Pedro; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.) **Raízes de Canela**. Porto Alegre: EST, 2000, p.64.

Resenha do artigo

"O que não é educação patrimonial" (de Átila Tolentino)

Este Especial Temático dialoga com o Artigo "O que não é educação patrimonial" de Átila Tolentino e é uma tentativa de ir, do ponto de vista prático, um pouco além. Algo na linha "sim, ok, mas e agora... **"o que fazer?"**", buscando, obviamente, mais que roteiros e técnicas prontas, um possível laboratório para perguntas e experimentos a partir de um tema bem próximo, o Coronelismo.

Em sua reflexão sobre equívocos bastante comuns nas práticas relacionadas ao tema, Tolentino parte do entendimento de que a mediação não deve se limitar à transmissão de conteúdos prontos e à passagem instrutivista de informações (fatos históricos, curiosidades, estilos arquitetônicos, datas, nomes...).

Para o autor, a educação patrimonial não é uma metodologia e sim um processo, com “diferentes metodologias que levem em conta as especificidades e peculiaridades de cada caso...”

Talvez a premissa central do artigo seja a de que o patrimônio cultural é uma **construção social** e um campo de conflito, com dimensão social, política e simbólica. Assim, o patrimônio não pode ser só um produto dado; não é neutro nem consensual: ele envolve disputas, escolhas e **relações de poder**.

[o] processo de seleção de patrimônios e, consequentemente, de construção de memórias e identidade-des coletivas [...] tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior capital simbólico. Não é à toa que a maioria dos patrimônios culturais tutelados pelo Estado está carregada de bens representativos de nossa herança europeia [...]

A invisibilidade dos negros, dos povos originários e mesmo a secundarização (até poucas décadas) da contribuição de descendentes luso-açorianos na região do Paranhana, parece ilustrar o argumento do autor.

Nessa perspectiva, o autor chama atenção para o erro de associar educação patrimonial apenas a monumentos, centros históricos ou bens tombados ou tutelados pelo Estado. Vai bem além de conscientizar a população a preservar estes bens; não significa apenas ensinar a “cuidar”, mas criar espaços de diálogo, questionamento e participação.

Dialogando com o autor, é importante reconhecermos que em conjunturas muitas vezes de um abismo cultural gigantesco, de condições estruturais dificultadoras, em um mundo que celebra a velocidade e a informação instantânea, a incursão no tema muitas vezes tem o caráter, sim, de “contato inicial”.

O fazer informativo/descritivo, contemplativo, nostálgico, nas condições dadas, é quase inescapável. Talvez não devamos nos sentir (tão) impotentes por isso. O grande desafio, é partir para a perspectiva sugerida, aprender cotidianamente, transpor essa barreira, no rumo da mediação e diálogo permanente entre agentes culturais e sociais.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial** n 05. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

Para saber mais:

Obra seminal:

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (original de 1948).

Geral:

- CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, n. 5.
- CARONE, Edgar. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 3, jul./set., 1971, p. 85-92.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 2001 (original de 1958).
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943**: a Bahia na Primeira República do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- PINTO, Liliane Faria Corrêa. Coronelismo: uma análise historiográfica. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, 2021, p. 203-224.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Estudos**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.
- SANTOS, Suzy. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 7, dez. 2006. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>. Acesso em 27 dez 2025.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Rio Grande do Sul:

- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Volume 3: República Velha (1889-1930), Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. 2011. 380 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CAVALARI, Rosa Maria. **O Coronelismo na colônia**: a República Velha no Noroeste do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1108>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Literatura de Ficção:

- São Bernardo (Graciliano Ramos);
- Gabriela, Cravo e Canela e Terras do Sem Fim (Jorge Amado);
- O Tempo e o Vento (Érico Veríssimo).



Entrevista

Marcelo Matte da Silva



Marcelo Matte da Silva, natural de Porto Alegre, iniciou suas atividades na CEEE em 1985, em Canela.

Em visita ao Museu Estação Férrea Várzea Grande, do qual é amigo e apoiador, ele falou do livro de sua autoria, **"História da Eletrificação no Rio Grande do Sul"**.

A seguir, trechos selecionados da entrevista.



RK: Marcelo, fale um pouco sobre seu livro 'História da Eletrificação no Rio Grande do Sul'.

Marcelo Matte: Eu resolvi escrever esse livro porque eu gosto muito de história e vi que essas usinas que temos aqui na região da Serra, basicamente em São Francisco de Paula e Canela, são usinas históricas e estava se perdendo a memória sobre elas. Resolvi escrever para que ficasse registrado para as futuras gerações.

O livro inicia pela eletrificação do Vale do Sinos, que era um centro importante coureiro-calçadista já na década de 1910. A construção de usinas, era a responsabilidade de cada município. A energia elétrica, naquela época, era usada única e exclusivamente para indústria e iluminação pública. As residências não tinham energia elétrica.

O livro começa com a **usina da Picada 48**, onde hoje é Ivoti, de 240 quilowatts, que fornecia para São Leopoldo.

Como a indústria começou a crescer, eles vieram à Serra, porque **para fazer uma usina hidrelétrica precisa de duas situações: água e queda**. A queda faz com que a turbina gire, gire o gerador e gere energia. E essa água está no **Rio Caí**, onde tinha já a conhecida Cascata da Toca.

A prefeitura de São Leopoldo pediu ao governador do estado, Borges de Medeiros, para fazer essa usina, no município de São Francisco de Paula. 'São Chico' não se interessou por aquela que seria a **usina da Toca** e deixou fazer por São Leopoldo. E essa usina então foi feita a partir de 1922 e foi inaugurada no dia 25 de julho de 1930.

RK: Como era a distribuição?

Marcelo Matte: Vinha lá da toca, passava por Canela, Gramado, Taquara, Parobé, até chegar a São Leopoldo. Provavelmente na época, não sei, com certeza, São Leopoldo não usava toda a energia e talvez algumas dessas prefeituras utilizassem alguma coisa nesse caminho.

O Rio Caí nasce Rio Santa Cruz, ao norte de São Francisco. E na Toca ainda se chama Rio Santa Cruz. Quando passa da usina da Toca, a próxima usina é **Passo do Inferno**. O Passo do Inferno tem um afluente que é o Rio Cará. Onde o Rio Cará se une com o Rio Santa Cruz é a nascente do Rio Caí. E a toca então, já estava funcionando. desde novembro de 29, mas foi inaugurada oficialmente em **25 de julho de 1930**, dia da Imigração Alemã por ter sido feita pela prefeitura de São Leopoldo, que era uma comunidade estritamente alemã.

RK: Nessa inauguração teve a presença de Getúlio Vargas?

Marcelo Matte: Sim, **Getúlio Vargas** veio especialmente a Canela de trem para a inauguração dessa usina. Ele era o governador do estado. Na época se chamava presidente do estado. Veio em dois dias, porque o trem levava em torno de 5 horas e meia para vir de Taquara a Canela. Deve ter dormido em Taquara e no outro dia pegou o trem para vir e, provavelmente, parou ou no mínimo acenou para a população nessas estações todas de Gramado, Várzea Grande, já que era uma figura conhecida nacionalmente. Ele tinha sido candidato a presidente e perdeu a eleição para Júlio Prestes. E o candidato o vice-presidente, era o João Pessoa, que foi assassinado no dia 26 de julho de 1930, um dia depois que o Getúlio esteve aqui. Quando o Getúlio, conheceu a Usina da Toca, ele já maquinou a questão da Revolução de 1930, na qual assumiu a presidência do Brasil (em 3 de novembro) e acabou ficando no cargo por 15 anos



Getúlio Vargas na estação de trem de Canela

RK: Fale um pouco sobre as outras usinas retratadas no livro:

Marcelo Matte: Com relação ainda ao Vale dos Sinos, no livro, tem a **usina do Herval**, em Santa Maria do Herval, aproveitando uma cascata com 120 metros de altura. Essa já é de 1941. Seguindo no livro, depois eu falo um pouco da **usina do Gasômetro**, em Porto Alegre, na margem do Rio Guaíba. Esse nome é porque ela ficava do lado onde tinha um gasômetro que fornecia gás para a cidade de Porto Alegre.

Ela era uma usina a carvão, que vinha de navio ali de Arroio dos Ratos, pelo Rio Guaíba, pelo Rio Jacuí; Daí queima o carvão, gera vapor, e o vapor que gira a turbina. Em vez de água, é o vapor.

RK: E sobre o plano de eletrificação do Estado...

Marcelo Matte: Aí depois eu falo num plano de eletrificação do Estado e da fundação, em 1943 da CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica (os paulistas, os cariocas sempre nos chamavam de “C3E”). A CEEE era estatal estadual, tinha geração, transmissão e distribuição, mas lá em 43, no Rio Grande do Sul, as indústrias estavam indo embora por falta de energia, porque como era só as prefeituras que faziam, e muitas com capital estrangeiro, eles não tinham interesse em investir nisso aí, e o governo resolveu pegar para si essa responsabilidade e chamou um engenheiro. Era Noé de Melo Freitas, que trabalhava para a prefeitura de São Leopoldo, e já tinha um estudo do aproveitamento do Rio Santa Cruz e Rio Santa Maria, de usinas aqui, além da Toca que já estava ali.

No plano de eletrificação do Rio Grande do Sul, ele construiu dez pequenas usinas para dar um imediato abastecimento de energia, enquanto se começava a pensar em usinas maiores.

Então, ele fez a usina do **Paço do Inferno**, em São Francisco de Paula, pertinho de Gramado e Canela, que é um pouco abaixo da Toca, com um megawatt, para abastecer basicamente a região de Caxias do Sul. Em **Bom Jesus**, ele fez a **Usina dos Touros**, para atender a região de Vacaria.

Sobre esse plano, no livro, eu cito basicamente as usinas dessa região. Eu não citei as outras no restante do estado, inclusive usinas diesel, que é um motor diesel que gera o gerador.

RK: E sobre aquela interessante questão do divisor de águas entre o Caí e o Sinos, para a Usina de Bugres...

Marcelo Matte: E daí começou com as usinas maiores que Bugres. A **usina de Bugres**, ele já fez a **Barragem do Salto**, em 1950, na época, a maior obra de engenharia no Rio Grande do Sul. Ali, constatou-se o seguinte: a água tá na bacia do Rio Caí, mas a queda está para o outro lado, está para a bacia do Rio dos Sinos, porque tem um divisor de águas. Essa estrada entre Canela e São Francisco fica sobre um divisor de águas. Indo de Canela para São Francisco, o que chove, à esquerda da estrada, vai para o Rio Caí. O que chove à direita vai para o Rio dos Sinos. São bacias hidrográficas diferentes.

E a queda maior estava para o lado da bacia do Rio dos Sinos. A água está no Caí e a queda está para o Sinos. Então, ele fez um **túnel na Barragem de Salto**, basicamente de dois metros de diâmetro e dois quilômetros de comprimento encravado na rocha, no qual passa a água para o lado da Bacia dos Sinos. E nessa água, ele abastece a Usina de Bugres (de 11 megawatt), que foi inaugurada em 1952. De Bugres, essa água vai para uma outra barragem onde vai para a **usina de Canastra** (inaugurada em 15 de dezembro de 1956) que tem uma queda de 333 metros, com 42,5 megawatts. Naquela época, Canastra supria em 70% o abastecimento de energia para o estado do Rio Grande do Sul.

E depois eu falo um pouco das **usinas do Rio Jacuí** que são em cascata, porque uma gera, vai aproveitando a queda e a água de uma para a outra. Depois a **usina de Candiota** é uma usina a carvão mineral...



Transporte de um transformador em carro de boi de marcha ré

Sistema Salto-Canela, adaptado de encarte “Bugres 50 anos” (CEEE / Estado RS)

Nota: entrevista escrita em linguagem coloquial, transcrita conforme a fala do entrevistado.



Educação patrimonial

Iniciativas, experiências, boas práticas

Projeto “Você e o patrimônio”

Márcio Dillmann de Carvalho

Um projeto de aproximação à história da região que dialoga com objetos de memória das famílias dos estudantes.

Em 2020, a Secretaria de Cultura de Gramado consolidou a proposta de criar e executar um projeto interno de educação patrimonial. Até então, essa atividade era realizada por meio de serviços terceirizados voltados às crianças da cidade. Com a chegada de um museólogo à equipe, surgiu a oportunidade de desenvolver uma iniciativa própria, aproveitando sua formação e experiência. Assim nasceu o Projeto “**Você e o Patrimônio**”.

O projeto foi inicialmente voltado aos estudantes das escolas municipais, mas logo passou a incluir também instituições estaduais e privadas. Um dos princípios fundamentais era que a proposta fosse primeiramente apresentada aos professores. Caso demonstrassem interesse — especialmente aqueles responsáveis por disciplinas relacionadas à cultura e ao patrimônio — suas turmas eram convidadas a participar das três etapas planejadas:

1. Visita da equipe às escolas: A equipe do Museu Municipal Professor Hugo Daros, composta pelo museólogo e pela supervisora cultural, realizava uma visita lúdica às turmas. Nessa conversa, eram abordados temas como **patrimônio familiar**, escolar, histórico, cultural e natural com o apoio de objetos do acervo para estimular a curiosidade e facilitar o aprendizado.

2. Visita guiada ao Museu Municipal Professor Hugo Daros: na segunda etapa os alunos eram recebidos no museu onde aprendiam sobre a origem e história de Gramado. A atividade incluía também visita à reserva técnica permitindo que conhecessem de perto os processos de preservação e salvaguarda do patrimônio.

3. Exposição nas escolas (opcional): na terceira fase as escolas que desejassem podiam organizar uma pequena exposição com orientação dos professores e apoio técnico da equipe do museu; **os alunos selecionavam objetos pessoais ou fotografias de família para apresentar** como exemplos de seus próprios patrimônios; essa etapa era opcional segundo o interesse e condições de cada instituição.

A Escola Maximiliano Hahn foi a primeira a participar do projeto-piloto, envolvendo-se nas três etapas. Durante sua gincana tradicional, os estudantes coletaram itens patrimoniais que, além de valerem pontos, compuseram a exposição final.

A partir de 2023, o Projeto “Você e o Patrimônio” passou a incluir também visitas ao Museu Municipal Major José Nicoletti Filho, ampliando o repertório dos estudantes sobre a história e a cultura de Gramado. Posteriormente, foi firmada ainda uma parceria com o Museu do Festival de Cinema de Gramado. Desde então, o projeto tem atendido dezenas de turmas de diferentes escolas, recebendo centenas de alunos que, em sua maioria, participam das duas etapas principais.



O Museu Municipal Hugo Daros (Gramado-RS), sob a supervisão de Patrícia Ibarros, recebia os alunos no projeto



Item de uma locomotiva antiga, exposto por um aluno



Objetos familiares trazidos pelos alunos para exposição

Experiência de extensão universitária em educação patrimonial com EJA

Alunos do Curso de Pedagogia
UFSM/UAB Polo Gramado

Rodas de conversa com estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) em uma Escola Municipal de Gramado-RS, resgatando a participação dos negros na construção da ferrovia Taquara-Canela.

Este projeto foi desenvolvido no âmbito das disciplinas **Práticas Educativas em Espaços Formais e Não-Formais** e Seminário Integrador II, de caráter extensionista, do curso de Pedagogia EAD, ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria no polo da Universidade Aberta do Brasil de Gramado. O objetivo foi promover rodas de conversas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Mosés Bezzi, em Gramado, e, subsequentemente, com membros da comunidade, com o propósito de resgatar a oralidade e fortalecer a reflexão sobre a participação de trabalhadores negros na construção da ferrovia Taquara-Canela, no início do século passado, contribuindo para a valorização cultural, reparação histórica desses trabalhadores e para a construção de uma memória social mais inclusiva.

Para Freire (1983) e Gadotti (2021), a extensão universitária deve ser compreendida como prática dialógica em um formato de horizontalidade, construída na **interação com a comunidade, na construção conjunta do conhecimento** e não como mera transferência de saberes de quem sabe para quem não sabe. Neste processo, todos podem ser protagonistas na construção e socialização dos conhecimentos acadêmicos articulados com os saberes populares cultural e socialmente construídos ao longo do tempo, em uma perspectiva decolonial, conforme Neto (2016).

Ao se resgatar a importância da construção da ferrovia Taquara-Canela, nas primeiras décadas do século XX, conforme Cavalcante, et al. (2020), é consenso que isto foi tão relevante para a região, que motivou inclusive a mudança da sede do então 5º Distrito de Taquara, da localidade de Linha Nova (1904) para o atual centro de Gramado (1913). Neste contexto, a historiografia oficial omitiu a importância da mão de obra dos trabalhadores negros na construção desta ferrovia, finalizada em 1924. Oralmente, sabe-se que muitos negros trabalhavam na construção da ferrovia e é de grande relevância a pesquisa acadêmica resgatar esta perspectiva histórica a partir da oralidade e dos registros, eventualmente pertencentes a descendentes daqueles trabalhadores.

Conforme Müller e Cavalcante (2020), há uma ausência dos negros na historiografia oficial, ou seja, em Gramado, assim como em muitos locais, a história do negro está na invisibilidade. Neste sentido, sugere-se que possa haver um “racismo histórico” que, por um lado, “engrandece” o trabalho dos “desbravadores” brancos descendentes de europeus e, por outro lado, omite a história das lutas, trabalho, explorações dos trabalhadores negros.



Reuniões com historiadores

Na dimensão dos Espaços Formais de Educação, as rodas de conversas na EMEF Mosés Bezzi possibilitaram uma troca de saberes por meio do diálogo com estudantes da EJA, sobre a importância da ferrovia Taquara-Canela e a sensibilização para que estes pudessem pesquisar no seus respectivos círculos familiares e comunitários, sobre pessoas na comunidade que trouxessem informações por meio da memória oral, sobre o tema proposto.



Encontros em sala de aula da EJA - EMEF Moses Bezzi

Passando para a dimensão dos Espaços Não-Formais de Educação, a partir das referências indicadas nas rodas de conversas, foi possível dialogar com várias pessoas nas comunidades de Gramado e Canela, desde pesquisadores sobre o tema, até descendentes de trabalhadores na construção da ferrovia, os quais contribuíram com registros históricos e informações preciosas que mantêm pela memória oral, a partir das narrativas e causos contados por familiares, conforme é citado no quadro anexo.

Buscou-se, portanto, para além do fortalecimento do aprendizado acadêmico, também uma reparação histórica a um subgrupo populacional, aos quais tem sido relegada uma posição de invisibilidade. Ainda que algumas questões relevantes não tenham sido diretamente respondidas, em termos de como exatamente se davam as relações de trabalho com esta importantíssima fonte de mão de obra. Mas é possível dizer que o trabalho contribuiu na perspectiva de valorização e reconhecimento destes trabalhadores negros e pardos, em tão relevante obra que fez toda a diferença na trajetória de Gramado e da região como um todo.



Encontro presencial na UAB, para apresentação dos trabalhos extensionistas. Coordenação, professores e tutora do curso, equipe UAB, estudantes e convidados.



Diálogos com contemporâneos do trem – Euclides Manosso e esposa

Quadro resumo com algumas contribuições de contemporâneos da época da ferrovia coletadas no projeto*

Diário de campo – diálogo transcrito,
Euclides Manosso:

“Minha avó, que sempre soube porque morava do lado, ali dos trilhos do trem, que aquelas terras onde que passou o trem, era do meu avô, né? Então, eles não, na época, acho que nem ganharam nada, né?”

“A minha avó sempre contava, que era muito, foi muito sofrido isso ali. O pessoal, muito sangue deu ali, que o pessoal, não era só uns 10 ou 15 homens, né? Isso era 150, 200 pessoas que trabalhavam. Era, era muita gente que trabalhava, e tudo [análogo a] escravo, tudo [análogo] escravidão que fez essa, essa” (inaudível, referindo-se à ferrovia).

“Diz que ali, uns dois, três foram executados (...) Tipo assim de... dar uma marretada na cabeça do cara e largar lá pra baixo, os cara, né?”

Em mais detalhamentos, o entrevistado cita os instrumentos precários utilizados: “era tudo puxado com... tinha aquelas presilhas nos braços e... puxava com a zora daquelas, eles faziam no chão. Esses atreio... era tudo assim. Era puxado... tinha aquelas caixas lá em cima das zoras e eles puxavam aquilo lá.”

Diário de campo – diálogo transcrito,
Francisco Pedro dos Santos

“A estrada, a primeira estrada a sair foi estrada de ferro, aonde meu avô [popular Pedro Brigada] ajudou a fazer. Então, me lembro que meu avô me contava que eles passaram muito trabalho derrubando aquele perau, eles faziam, fazia há, há girava a broca, era feita à marreta para tirar pedra”.

*Escrita em linguagem coloquial, transcrito conforme a fala do entrevistado

Equipe do projeto:

Bettina Antolini; Carla Depelegrin; Gilmar Rogerio Wendel; Luciano Hoffmaister Ferreira; Maria Celo Pereira de Moura; Maria de Fátima Lírio da Silva de Almeida; Renato de Souza Benino; Sandra Beatriz Euzébio Velho; Silvia Wappler; Sônia Mara de Lima; Tábata Mueller; Tatiane Regina Maciel; Valdenise Lopes do Nascimento.
UFSM (Universidade Federal de Santa Maria): Coord. Luciana Zambon; Professores Andréia Dilenburg e Felipe Bragagnolo; Tutora Elizandra Gelocha. Polo UAB (Univ. Aberta do Brasil-Gramado): Coord. Lisiane Pinto dos Santos.

Referências:

- CAVALCANTE, Raimundo Nonato Wanderley de Souza. (Org. et al.). *Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem (1919)*. Tavares e Tavares, Uberlândia-MG. 2020. 128p.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.
- GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê?* Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.
- MÜLLER, Alex Juarez; CAVALCANTE, Raimundo Nonato Wanderley de Souza. A invisibilidade dos negros na História de Gramado/RS: levantamento preliminar. *Em Tempos de Histórias*. n. 36, p. 455-468. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31760>. Acesso em: 05 out. 2025.
- NETO, João Colares da Mota. *Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Curitiba: CRV, 2016.
- Diário de Campo: / diálogos com:
Alex Juarez Müller e Raimundo Nonato Wanderley de Souza Cavalcante, 07 out. 2025; Euclides Francisco Manosso, 20 out. 2025; Francisco Pedro dos Santos, 14 out. 2025; Gilnei R. Casagrande, 25 out. 2025; diálogo com Nilva Barreta, 13 out. 2025.

A proposta de caminhadas pelo Centro Histórico de Taquara/RS como ferramenta de educação patrimonial

Maicon Diego Rodrigues

Na obra "Uma história do patrimônio no Ocidente" (2009), Dominique Poulot ressalta que qualquer tipo de patrimônio, tal qual o entendemos hoje, tem a vocação de encarnar uma identidade em certo número de obras ou lugares. Partindo dessa premissa, percebe-se que uma das funções primordiais do patrimônio é realçar a identidade e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento ao grupo no qual ele está inserido.

A cidade de Taquara possui um legado histórico significativo, sendo a sede municipal que deu origem a diversos outros municípios da região, como Gramado, Canela, Três Coroas, Igrejinha e Parobé, entre outros. No início do século XX, Taquara alcançou grande pujança econômica, impulsionada principalmente pela chegada da Estrada de Ferro em 1903. Esse desenvolvimento ficou visível na arquitetura local, tanto nas moradias quanto nos empreendimentos econômicos. O eixo formado entre a Rua Júlio de Castilhos (conhecida como Rua Grande ou Estrada para Cima da Serra) e a Rua Tristão Monteiro exibe, ainda hoje, uma rica arquitetura histórica.

Imagem: Capa do CD do Projeto Caminhando pela Cidade: Taquara - Centro Histórico.



Fonte: <https://www2.faccat.br/portal/?q=node/207>

A segunda etapa do levantamento ocorreu entre julho de 2012 e dezembro de 2013, resultando no inventário de 105 prédios, abrangendo a área urbana e localidades do interior. O documento, intitulado "Inventário do Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural de Taquara", foi apresentado à Administração Municipal e está disponível no site da Prefeitura, contendo textos das pesquisas, fotos e relatos de entrevistas coletadas pelos acadêmicos.

Podemos afirmar que este documento foi o alicerce para os projetos de "Passeios Históricos" que se seguiram até 2025. O primeiro encarte foi produzido pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) por volta de 2010.

Após a iniciativa entre a faculdade e a administração municipal perder fôlego, a instituição buscou lançar, em 2014, o CD e o folder do projeto "Caminhando pela cidade: Taquara - Centro Histórico", um desdobramento do livro "Caminhando pela cidade", publicado em 2011.



Passeio Histórico Cultural com a Turma Gama do Colégio Municipal Theóphilo Sauer - 2025

Igreja Católica Paróquia do Senhor Bom Jesus



Passeio Cultural ocorrido em comemoração ao 5º Dia Estadual do Patrimônio Cultural - 2025

As primeiras pesquisas realizadas por estudantes do Curso de História da FACCAT, através do "Projeto Terra, Gente e Fé", já indicavam o potencial desses espaços para a valorização da história local e o fortalecimento da identidade e do pertencimento. Em 2008, o curso iniciou um levantamento de prédios históricos, mas foi em 2012 que o trabalho foi reiniciado com mais afinco.

Casa Dienstman



Década de 1920



Casa Comercial Renck

Casa Ebling & Fleck

Erguida antes de 1909



Joalheria Laube
Construída em meados da década de 1920



Prédio CICS/VP
Construído no início do séc. XX. É tombado pelo IPHAE.

Os projetos de caminhadas ocorreram de forma esporádica até 2019, quando a lei de criação da Feira do Livro trouxe a atividade de volta ao calendário regular. Os passeios culturais ganharam novo impulso durante a gestão do prefeito Tito Lívio Jaeger Filho, especialmente com a 2ª Feira Literária e Cultural de Taquara/RS, instituída pela Lei Municipal nº 6184 de abril de 2019, demonstrando um foco na cultura e na literatura de sua administração.

Em 2022, o Museu Histórico Municipal Adelmo Trott realizou a atividade, renomeada como "Passeio Cultural", nas comemorações de 136 anos da cidade. Foram mais de 50 espaços visitados em dois roteiros distintos. A partir daí, a atividade passou a ser realizada com frequência razoável, recebendo nomes como City Tour ou Passeio Histórico Cultural.

Esses passeios buscam atingir um público amplo, sem distinção, incluindo a comunidade local, turistas e, principalmente, estudantes de todas as esferas de educação da cidade. Em 2023, o Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, em parceria com a Diretoria de Turismo, criou mais um encarte visando ampliar o alcance da história e do patrimônio da cidade.

Entre 2022 e 2025, o Museu atendeu cerca de mais de 3 mil pessoas nessas empreitadas. A atividade tornou-se a marca registrada da atuação do museu na comunidade de Taquara e região, tornando o "slogan" identidade e pertencimento realmente possível. Atualmente, com a recente inauguração da Casa Vidal, o patrimônio tombado mais antigo do centro do município, as atividades regulares estão temporariamente suspensas para reestruturação.



Clube Aguiar

Solar Pina
Construído em 1922Igreja
Evangélica da
Paz - IECLB
1874Clube Comercial
1926Palácio Municipal Cel.
Diniz Martins Rangel
Inaugurado em 1908

- 1-Colégio Santa Teresinha
2-Grupo Escolar Rodolfo Von Ihering
3-Sociedade 5 de Maio



- 4-Casarão Família Bergold
5-Vila Ernestina
6-Casarão Utz



- 7-Fábrica de bebidas Emílio Hermann
8-Casa Comercial Neubarth
9-Casa Comercial LF



A caminhada pelo centro de Taquara, a partir das imediações do Marco Zero (Praça Marechal Deodoro), proporciona uma imersão no passado por meio de prédios históricos que remontam à transição do século XIX ao XX.



No passeio, Maicon Rodrigues mostra painéis com fotos antigas no antigo pátio da estação de trem. Estes painéis já foram derrubados.



Do importante complexo ferroviário, que tanto dinamizou a região e que incluía, além da estação, um depósito, uma oficina e uma escola para filhos de ferroviários, infelizmente não temos mais resquícios físicos

O patrimônio vivido: práticas de Educação Patrimonial a partir do território

Alex Juarez Müller

Este relato descreve as práticas de educação patrimonial realizadas na EMEF Pedro Zucolotto a partir de 2019. As atividades se baseiam em **caminhadas orientadas** pelo bairro Três Pinheiros e arredores, partindo da escola, com o objetivo de explorar e refletir sobre o território e sua história. O percurso é definido em diálogo entre professor e turma, e pode ser alterado durante o trajeto, se surgir interesse por algum patrimônio inesperado.

Entendemos a **educação patrimonial como um espaço de diálogo, reflexão e crítica sobre a memória, que vai além de ser uma simples alfabetização cultural, uma campanha de conscientização para preservar, um estudo restrito aos bens tombados pelo Estado, ou a busca de conhecimento apenas por conhecer**¹.



EMEF Pedro Zucolotto e equipe reunida

Caminhada ao Rabicho Ferroviário e ao Museu

Entre 2019 e 2025, realizamos quatro caminhadas até o Rabicho Ferroviário e o Museu Estação Férrea Várzea Grande. A ferrovia que ligava Taquara a Canela funcionou até 1963, e dela sobraram histórias e algumas estruturas preservadas. Uma delas é o Rabicho, uma obra ferroviária construída para superar um grande desnível de terreno entre o bairro Várzea Grande e o centro de Gramado. Outro patrimônio que sobreviveu ao fim da linha férrea é o prédio da antiga Estação Várzea Grande, que hoje abriga o museu.

A caminhada começou na escola, atravessamos a rodovia ERS-115 e percorremos cerca de 1 km pela Rua Antigo Leito da Viação Férrea, que já foi o caminho do trem. Seguimos por uma trilha de mais 1 km onde ainda é possível ver marcas do trabalho dos operários que abriram o caminho com pás e picaretas. Ao final da trilha, chegamos à Ponta de Cima do Rabicho, onde o trem encerrava a marcha para seguir até a Estação Gramado. Esse é sempre um momento de pausa para o lanche e para apreciar a vista do bairro Várzea Grande. Com o tempo, a pedidos dos alunos, ampliamos o trajeto em mais 2 km até o museu, passando pelo bairro Altos da Viação Férrea — outro nome que lembra a passagem do trem. A volta para a escola é feita sempre de ônibus.

Caminhada pelo bairro

Em 2019, realizamos várias caminhadas pelo Bairro Três Pinheiros para conhecer melhor a história do lugar. Ao final desses passeios, criamos dois produtos:

- Um mapa digital com os **pontos de memória do bairro**, escolhidos pelos alunos com a ajuda do professor.
- Um banner mostrando a história da escola e do bairro.

Essas atividades fizeram com que os alunos relembrassem histórias importantes que haviam ficado esquecidas, como o deslizamento de terra de 2002 e a queda de um avião em 1995, fatos marcantes na memória da comunidade.



Caminhadas com os alunos

Caminhada ao Lago Negro

O Bairro Três Pinheiros fica ao lado da Vila Planalto e de um ponto turístico famoso: o Lago Negro. Mesmo sendo tão perto, a maioria dos alunos não tinha o hábito de visitar o local.

Durante as aulas de Educação Patrimonial, ao discutir patrimônio e turismo, surgiu uma pergunta: o que leva as pessoas a visitarem o Lago Negro? Para entender melhor, os alunos, com a mediação do professor, organizaram uma pesquisa e uma caminhada até o lago em 2024.

Os alunos prepararam as perguntas e entrevistaram os visitantes no local. Os resultados mostraram que os principais motivos são a beleza da paisagem, com sua vegetação, e a sensação de tranquilidade que o lugar oferece.

Além da pesquisa, a caminhada foi um momento de interação. No fim, os alunos fizeram um piquenique e praticaram *slackline*. No caminho, surgiu o interesse em visitar o cemitério municipal, que muitos nunca haviam conhecido. Essa visita espontânea foi muito importante, pois gerou uma reflexão sobre a finitude da vida e o respeito às diferentes crenças.

¹ TOLENTINO, Átala B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática, In: TOLENTINO, Átala B.; BRAGA, Emanuel O. (Orgs). *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa/PB: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.38.

Patrimônio Cultural: O uso da arqueologia experimental e escavação simulada no processo do ensino e aprendizagem

Silvio Silmar Peters

O presente relato refere-se às atividades realizadas na Escola Estadual de Ensino Médio 1º de Maio, no ano de 2022, com uma turma do 6º Ano. A proposta dos estudos pedagógicos alinhou-se com a temática dos povos originários, arqueologia e patrimônio cultural, da disciplina de História.

O objetivo era compreender os **povos indígenas (Kaingang e Xokleng)**, que ocuparam a região das Hortênsias.¹

A iniciativa foi organizada em quatro etapas com as práticas de difusão do conhecimento produzido pelo trabalho de pesquisa arqueológica e histórica. O projeto estruturou-se em:

1º momento – Aula expositiva com intuito de apresentar os povos originários e suas identidades culturais, conceitos sobre o que é preservar e conservar que envolvem o patrimônio cultural, métodos e conceitos arqueológicos e a importância do resgate, manejo, catalogação e conservação do material, respaldadas pelas Leis Federais como: Lei 3.924, de 26 de julho 1961 (dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos) e Artigo 216 da Constituição Federal.

2º momento – Organização e montagem dos “sítios arqueológicos”, área externa da escola. Como a proposta era chegar o mais próximo do real, foi usado fita “zebrada” para delimitar cada “sítio”, colher de pedreiro e pincel, trena para medição dos espaços, vasos de cerâmicas, que foram quebrados e enterrados. Nesse momento, os estudantes foram organizados em seis grupos e cada um tinha seu líder como responsável em coordenar seu grupo.

3º momento – Nessa etapa foram realizadas as escavações. Cada membro do grupo ficou responsável por uma atividade: escavação, observação da área e preenchimento de uma ficha (tipo de material, elementos naturais e artificiais que havia no entorno dos sítios).



Organização dos sítios arqueológicos



Simulado de escavação arqueológica, catalogação e resgate dos fragmentos cerâmicos.

4º momento – Após realizados os trabalhos (observação, escavação e anotações) na área externa da escola, iniciou-se na sala de aula a montagem e colagem dos vasos, organização das fichas, produção de um relatório sobre a experiência e um desenho do objeto (vaso) encontrado.



Finalização – Colagem e montagem dos fragmentos dos vasos de cerâmica (com cola quente, para obter o resultado esperado na reconstrução)



Esta atividade proporcionou aos estudantes diálogo/reflexões, educação ambiental, o trabalho em equipe, cidadania e contato com leis de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial); contato direto com os diversos métodos da arqueologia: observação da área, escavação, catalogação (registro – ficha de inventário), desenho, restauro, conservação (manuseio dos artefatos) e salvaguarda dos artefatos. Vale ressaltar as múltiplas possibilidades para trabalhar com as disciplinas de História, Geografia, Matemática, Artes, Religião, Português, Ciências da Natureza, entre outras.

Conforme o projeto de estudo apresentado e desenvolvido pelos estudantes do 6º Ano, da EEEM 1º de Maio, buscou-se possibilidades de aprendizados por meio da atuação do próprio estudante como agente multiplicador, que observa, explora, pesquisa, compara, relaciona, levanta hipóteses, conclui, posiciona-se sobre o que deve ser conhecido.

Referências:

- 12000 Anos de História. *Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- Manual de atividades práticas de educação patrimonial* / Evelina Grunberg. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio, BECKER, Ítala Basili. *Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara*. In: SCHMITZ, Pedro Inácio (org).

¹ Povos falantes de línguas da família “Proto-Jê” (ancestrais dos Kaingang e os Xokleng), cuja cultura proporcionou grandes alterações na paisagem natural, através de construções de terra – tanto para moradia quanto para enterramento Na Região das Hortênsias, a ocupação humana, iniciou por volta de 2000 mil anos atrás pelos povos da etnia Kaingang e, a partir da segunda metade do século XIX, com imigrantes germânicos (SCHMITZ; BECKER, 2006).

Trilhas ecológicas para o incentivo da educação ambiental

Bruna Hellen de Melo Gomes

A implantação de uma trilha ecológica no bairro Três Pinheiros, no município de Gramado/RS, foi desenvolvida como estratégia pedagógica para a promoção da educação ambiental e o fortalecimento da relação entre comunidade e natureza. O estudo foi realizado junto à Escola Municipal Pedro Zucolotto, envolvendo alunos, professores, Secretaria de Meio Ambiente e moradores do entorno, com o objetivo de promover a preservação e a valorização socioambiental do local.

A escola está inserida em uma área de Mata Atlântica Ombrófila Mista. A trilha ecológica possui uma extensão de aproximadamente 350 metros e foi estruturada a partir de um percurso já utilizado informalmente pela comunidade local, mas que vinha sofrendo degradação ambiental, como o descarte inadequado de resíduos. O projeto buscou ressignificar esse espaço, envolvendo alunos, professores e moradores do bairro em ações de reconhecimento, preservação e valorização do ambiente natural.

Foram definidos diversos pontos de parada ao longo da trilha, permitindo a observação de diferentes aspectos ambientais, como estágios de sucessão ecológica, áreas impactadas pela ação humana e a presença de espécies nativas da fauna e da flora.



Demarcação da trilha ecológica em amarelo - Imagem Google Earth - Coordenadas geográficas: 29°24'14"S 50°52'32"



Participação dos alunos na elaboração da Trilha ecológica.

Percurso dos alunos na trilha.

O levantamento realizado evidenciou elevada biodiversidade, incluindo espécies vegetais e animais de relevância ecológica, demonstrando que apesar da interferência humana, o local ainda se mantém relativamente preservado e funcional ponto de vista ecológico.

As trilhas ecológicas enquadram-se dentro dos percursos interpretativos metodológicos, pois visam não somente à transmissão de conhecimentos, mas também se constituem como instrumentos básicos de programas de educação ao ar livre (POSSAS, 1999). São atividades práticas e visuais nas quais tanto os alunos quanto a população do entorno podem participar, promovendo o envolvimento dos moradores até atingir toda a comunidade do bairro.

Percorrer trilhas ecológicas permite um contato intenso do visitante com os elementos ambientais, possibilitando múltiplos estímulos sensoriais e promovendo a conscientização sobre a importância do meio ambiente a partir da experiência prática e da reflexão (FERREIRA, 2005). Essas trilhas suscitam uma dinâmica de observação, reflexão e sensibilização (SOUZA, 2012).

A importância da educação ambiental resume-se, essencialmente, ao cuidado com a natureza. A implantação de espaços voltados à educação ambiental próximo à escola, constitui um importante aliado para que essas práticas sejam incorporadas ao cotidiano dos alunos.

A trilha ecológica mostrou-se uma ferramenta eficaz ao integrar escola, comunidade e meio ambiente, favorecendo práticas concretas de educação ambiental. Contudo, se percebe a necessidade de melhorias contínuas, visando efetuar o desenvolvimento das atividades interdisciplinares, do conhecimento e da pró-atividade dos estudantes. Dessa forma, configura-se como um espaço educativo significativo, capaz de estimular práticas sustentáveis, o senso de pertencimento e a formação de uma consciência socioambiental crítica, reforçando a importância da continuidade e do aprimoramento de iniciativas dessa natureza.

Referências:

- FERREIRA, L.E.C. *Estudo de Viabilidade de Implantação no Núcleo Pedro de Toledo*. 2005. 74p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus do Litoral Paulista, São Vicente, 2005.
- POSSAS, I.M. *Integrando o parque ecológico e comunidade no município de Santa Bárbara do Pará*. 1999. 73p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.
- SOUZA, Vanusa Tubbs, RAGGI, Fernando Augusto Santos, SANTOS, Ângela Soares. *Trilhas interpretativas como instrumento de educação ambiental. Ensino, Saúde e Ambiente*. Niterói, v. 5, n. 18, p. 294-304, 2012.

Educação patrimonial em museu: compartilhando experiências

Vânia Inês Ávila Priamo

Educar para o patrimônio, de forma bastante sintética, significa conduzir indivíduos, grupos e comunidades ao desenvolvimento do sentimento de identidade e de pertencimento, por meio do conhecimento das histórias e das memórias que os bens culturais carregam. Nesse sentido, o conhecimento é palavra-chave nesse processo. A mediação entre o bem cultural, seja ele material ou imaterial, e as pessoas precisa ocorrer de maneira cuidadosa, sensível, dinâmica e fundamentada. Não pode se restringir a uma ação apressada, superficial ou destituída de reflexão, pois, se nós, enquanto mediadores, não conseguirmos tocar aqueles que nos escutam, o trabalho não alcançará seu objetivo maior: formar pessoas sensibilizadas, capazes de compreender, valorizar e agir em favor da proteção e da preservação dos bens culturais e das tradições, assumindo responsabilidade por sua salvaguarda.

Nesta página, apresento de forma breve uma experiência de ação educativa voltada ao patrimônio imaterial desenvolvida no Museu Histórico de Nova Hartz, através da exposição de curta duração “A Páscoa no tempo dos avós”. Mario Chagas (s.d., p. 5)¹ afirma que os museus são “pontes, janelas ou portas poéticas que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar”. Compreendo que essa humanização e essa poesia se constroem no encontro com o outro, no respeito e na valorização de seus saberes. Tendo isso como referência e como norte, organizamos por vários anos uma exposição sobre a Páscoa a partir das memórias de moradores pertencentes tanto a famílias tradicionais quanto àquelas vindas de outros lugares.



Os ninhos de Páscoa eram montados com barba-de-pau, dispostos em pratos, chapéus, bacias, peneiras, caixas de sapato ou diretamente sobre bancos, e decorados com flores e chás.

Neles eram colocados ovos cozidos coloridos, biscoitos decorados com merengue e açúcar colorido, ovos de açúcar e casquinhas de ovos recheadas com um doce à base de açúcar e amendoim, conhecido como cricri. Essas casquinhas eram pintadas com tintas extraídas de plantas ou com papel crepom. Alguns relatavam que ganhavam umas balinhas e eventualmente uma pequena barra de chocolate.

Moradores da cidade eram convidados a visitar o Museu e compartilhar com as crianças suas histórias e lembranças da Páscoa vivida na infância.

Além disso, os alunos recebiam como presente uma casquinha decorada e recheada com cricri e uma bolachinha pintada. Pinto (2013, p. 2)² escreve que “[...] tudo o que não é tangível e que tem a sua apreensão através dos sentidos (...) [é] que dá vida à existência imaterial faz dos indivíduos protagonistas indispensáveis do objeto patrimonial”.

Dessa forma, por meio da escuta, do contato com os mais velhos, da degustação, do tato e do olfato, as crianças tiveram acesso a aspectos fundamentais da história da cidade que dificilmente conheceriam de outra maneira: modos de ser e de viver, tradições religiosas, alimentares e familiares, o comércio local, os meios de transporte da época, as relações de consumo e, sobretudo, a importância de manter vivos esses saberes.



Conversas com os alunos

Quando pessoas idosas da comunidade têm a oportunidade de sentar-se com crianças e jovens e compartilhar suas memórias sobre as tradições culturais locais, amplia-se significativamente a possibilidade de que essas tradições não se percam. É na transmissão intergeracional³ que se mantém a possibilidade da manutenção das tradições, mesmo que de maneira atualizada, como acontece com os elementos culturais de uma maneira. Assim, os moradores que iam até o Museu e conversavam com as crianças sobre a Páscoa da sua infância sentiam-se valorizados e despertavam nos alunos e professores outra disposição com relação ao patrimônio imaterial. Afinal, quando alguém fala de si, fala com a alma — e essas narrativas deixam marcas profundas em quem as escuta.

¹ CHAGAS, Mario. *Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. s.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf>. Acesso em: 21 de dez. 2025.

² PINTO, Celina Bárbaro. *Museu, comunidade e patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso - o Museu da Terra de Miranda*. 2013. Disponível em: <<https://midas.revues.org/210#bodyftn4>> Acesso em: 21 dez. 2025.

³ SPANHOL; LIMA FILHO; LIMA (2010, p.33): “Entende-se como transmissão intergeracional a herança material e simbólica passada de geração a geração. Essa transmissão se dá por meio de construções simbólicas, transmitidas dos antecedentes aos descendentes”.

Quem é o Coletivo Sankofa e por que debater a educação para as relações raciais nas escolas da Serra Gaúcha?

Lis Reis e Marini Ferreira (Coletivo Sankofa)

Em 2020, enquanto o mundo enfrentava o isolamento imposto pela pandemia da Covid-19, um grupo de professores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Gramado passou a se reunir com o objetivo de pensar ações de aproximação, escuta e acolhimento para as famílias e crianças da rede pública. Naquele contexto de incertezas e fragilidades intensificadas, algumas professoras perceberam a urgência de dialogar sobre diversidade, desigualdades e vulnerabilidades que se tornavam ainda mais evidentes. É nesse cenário que surge, por iniciativa da professora Marini Ferreira, a proposta de criação de um grupo de estudos voltado ao debate e à efetiva implementação das **Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/08**, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo da educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas. Mais do que atender a uma exigência legal, o grupo buscava compreender como essas leis poderiam se materializar em práticas pedagógicas significativas, críticas e comprometidas com a justiça social.

Ao longo do processo, tornou-se evidente a necessidade de autonomia em relação às estruturas institucionais, garantindo maior liberdade de ação e ampliando possibilidades de articulação para além da Secretaria de Educação. Dessa necessidade nasce o Coletivo Sankofa, um espaço plural, formado por professores, artistas, profissionais liberais, integrantes da sociedade civil e colaboradores, que atua em rede na promoção de uma educação antirracista e no fortalecimento de ações afirmativas no território da Serra Gaúcha.

O Coletivo Sankofa tem como propósito divulgar ações afirmativas, dar visibilidade ao debate racial e promover a formação continuada de educadores, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas que enfrentem o racismo estrutural desde a educação básica. Nesse sentido, o coletivo compreende as redes sociais como um espaço estratégico de atuação, mantendo-se atenta aos assuntos relevantes que atravessam a vivência preta, produzindo conteúdos alinhados à necessidade de debate e reflexão sobre esses temas. O projeto também busca fortalecer conexões com criadores, artistas e pensadores negros, incentivando o consumo e a circulação de seus conteúdos, ampliando vozes no debate sobre racialidade e contribuindo para a desmistificação de temas que, muitas vezes, são apresentados de forma excessivamente pesada, distante ou inacessível.

Além disso, o Sankofa mantém um diálogo constante com a comunidade em que está inserido, acolhendo informações, denúncias e escutas sensíveis relacionadas a pautas fundamentais que têm a experiência negra como eixo central.

Para além da formação docente, o coletivo atua de forma articulada com diferentes agentes culturais e territoriais. Destaca-se a parceria com Richard Serraria, do Ponto de Cultura Lunar do Sopapo, apoiando e integrando suas atividades artísticas, bem como participando de excursões, cortejos culturais e visitas a comunidades quilombolas, fortalecendo vínculos entre educação, cultura negra e território.



O Coletivo Sankofa também marca presença em espaços culturais como o Atelier dos Bonecos, promovendo ações de conscientização antirracista. Outra frente importante envolve o apoio e a articulação com agentes territoriais vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), fortalecendo políticas públicas culturais e educativas que dialoguem com as questões raciais. O coletivo também desenvolve ações de articulação e escuta junto aos imigrantes africanos residentes no município de Gramado, reconhecendo suas vivências, saberes e contribuições para a diversidade cultural local, muitas vezes invisibilizadas nos discursos oficiais sobre a cidade.



As professoras Lis Reis e Marini Ferreira, integrantes do coletivo, propõem-se a circular pelas escolas da Serra Gaúcha, organizando rodas de conversa, encontros formativos e palestras. O objetivo é engajar educadores, gestores e comunidades escolares, sensibilizando-os para a responsabilidade de garantir os direitos de crianças e adolescentes que, cotidianamente, vivenciam a violência do racismo no ambiente escolar, muitas vezes de forma silenciosa e naturalizada.

A urgência dessa pauta é respaldada por dados nacionais. Em junho de 2024, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), publicou o estudo "O círculo vicioso da desigualdade racial na educação do Brasil: quando a diversidade racial e étnica se transforma em desigualdade". O levantamento evidencia que a oferta da educação pública no país está longe de ser equânime.

Infraestrutura escolar: Enquanto **98,2% dos estudantes brancos** têm acesso a serviços básicos de infraestrutura escolar (água, energia elétrica, esgoto e coleta de lixo), esse percentual diminui para **96,5% entre estudantes pretos, 92,9% entre pardos** e apenas **89,5% entre indígenas**. Dos **2,3 milhões de estudantes** sem acesso à infraestrutura mínima no Brasil, **86% são pretos, pardos ou indígenas**.

Na Serra Gaúcha, essa desigualdade soma-se a um outro desafio histórico: a invisibilização da presença negra na construção social, cultural e econômica da região. Tal apagamento resulta de registros históricos incompletos e de uma narrativa dominante eurocêntrica, que privilegia determinadas memórias em detrimento de outras, silenciando o protagonismo de populações negras e indígenas.

Debater a educação para as relações raciais nas escolas da Serra Gaúcha, portanto, não é apenas uma ação pedagógica, mas um ato político, ético e reparador. É reconhecer que a escola tem papel central na desconstrução do racismo, na valorização da diversidade e na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a complexidade da história brasileira e de construir relações mais justas e humanas. Nesse caminho, o Coletivo Sankofa reafirma seu compromisso com uma educação que olha para o passado, compreende o presente e transforma o futuro, exatamente como nos ensina o significado de Sankofa: voltar para buscar aquilo que foi esquecido, para então seguir adiante.



Direitos humanos, memória histórica e educação antirracista: síntese

Ígor Menini

Resumo

Este texto examina direitos humanos, memória histórica e consciência histórica como instrumentos centrais de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade étnico-racial, a partir de experiências educativas realizadas em Gramado-RS. A partir de uma análise teórico-jurídica e o seu vínculo com a prática pedagógica, enfatizando dignidade, igualdade material, reconhecimento, racismo institucional e o papel da Defensoria Pública na efetivação do acesso a direitos, buscamos compreender qual caminho percorrer para, na prática, buscar a igualdade étnico-racial.

Palavras-chave: Direitos humanos; Memória histórica; Consciência histórica; Educação antirracista; Igualdade étnico-racial.

Introdução

O nosso ponto de partida estabelece-se na constatação de que a igualdade formal, por si só, não impede a reprodução de desigualdades raciais como fortalece o que convencionamos chamar de racismo estrutural, de acordo com a definição de Almeida: "o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, produzindo desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (Almeida, 2019, p. 25).

Em chave histórico-crítica, o presente texto ancora-se também no alerta clássico de Nabuco: "a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil" (Nabuco, 1883, p. 215), indicando a permanência de legados materiais e simbólicos que atravessam o presente.

Síntese teórica e institucional

No plano normativo, a dignidade da pessoa humana é tratada como eixo interpretativo dos direitos fundamentais, de modo que a promessa constitucional exige concretização material. A distinção entre igualdade formal e material é mobilizada com a formulação do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Bandeira de Mello: "violar o princípio da igualdade é tratar igualmente os desiguais ou desigualmente os iguais, na medida em que se desiguam" (Mello, 2016, p. 10).

Sob esse enfoque, a educação antirracista aparece como prática estruturante: "a educação antirracista questiona a falsa neutralidade da escola e rompe com a lógica da igualdade formal, ao reconhecer que tratar desigualmente os desiguais é condição necessária para a construção da justiça social" (Gomes, 2017, p. 23).

Em convergência, Munanga reforça a centralidade do trabalho educativo: "o racismo não se combate apenas com leis, mas com educação crítica capaz de desvelar as estruturas históricas que naturalizam a desigualdade racial" (Munanga, 2005, p. 15).

Diante do contexto apresentado, a memória pública é tratada como campo de disputa por pertencimento e reconhecimento, especialmente em contextos urbanos nos quais narrativas oficiais podem produzir apagamentos. A noção de consciência histórica aparece como vetor formativo: "a consciência histórica é uma forma de orientação da vida humana no tempo" (Rüsen, 2015, p. 47), e o autor acrescenta que "o saber histórico não apenas interpreta o passado, mas serve como guia moral e racional para a ação no presente" (Rüsen, 2015, p. 52).

A reflexão dialoga com Ricoeur, ao registrar que "a memória é o presente do passado" (Ricoeur, 2007, p. 40), ideia que sustenta a reconstrução narrativa da cidade como condição para uma ética pública da diversidade

Nesse cenário, o trabalho destaca a Defensoria Pública como instituição essencial à justiça e instrumento de acesso material a direitos:

"a Defensoria Pública constitui instituição essencial à justiça justamente por viabilizar o acesso material aos direitos fundamentais por grupos historicamente vulnerabilizados" (Piovesan, 2018, p. 312). Complementarmente, adverte-se que "sem instituições vocacionadas à defesa dos vulneráveis, a igualdade constitucional transforma-se em promessa vazia" (Streck, 2014, p. 89).



Prática educativa em Gramado e eixo escolar

Visando trazer o debate para o ambiente escolar, no eixo empírico, palestras em Gramado, realizadas pela Defensoria Pública, visaram abordar direitos humanos, educação antirracista e consciência histórica, favorecendo a compreensão crítica, por parte dos estudantes, acerca dos limites da igualdade meramente formal, revelando a necessidade de medidas orientadas à igualdade material. Como afirma Santander (2010, p. 47), "recordar é também reconhecer; e reconhecer é um ato político de restituição simbólica". A memória afrodescendente, quando reinserida na narrativa pública, contribui para a construção de uma nova ética da diversidade.

Importante avaliarmos que a violência cotidiana no ambiente escolar, muitas vezes naturalizada como "brincadeira", constitui forma relevante de reprodução das desigualdades raciais. Dan Olweus, referência internacional no estudo do bullying, define o fenômeno de modo preciso ao afirmar que "um estudante é vítima de bullying quando é exposto, repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas por parte de um ou mais estudantes" (Olweus, 1993, p. 9). No contexto brasileiro, tais ações frequentemente assumem contornos raciais, reforçando estigmas historicamente associados à população negra.



No campo da psicologia social, José Leon Crochík destaca que o bullying não se reduz a conflitos interpessoais isolados, mas expressa relações de poder e exclusão social. Segundo o autor, "o bullying é uma forma de violência que se ancora em preconceitos socialmente legitimados e que encontra respaldo em hierarquias simbólicas já existentes" (Crochík, 2011, p. 34). Essa leitura permite compreender por que estudantes negros tendem a ser alvos preferenciais de práticas reiteradas de humilhação, sobretudo quando marcadores raciais são mobilizados como instrumento de desqualificação.

Para concretizar tal desiderato, as palestras foram sintetizadas em três eixos: (i) dignidade e direitos (diferença entre igualdade formal e material; acesso desigual a direitos; racismo institucional); (ii) memória e cidade (quem aparece na narrativa pública, onde se localiza o apagamento e como isso afeta pertencimento); e (iii) ação cidadã (do desconforto à mudança, com práticas concretas no ambiente escolar). O texto inclui ainda a problematização de violências normalizadas como "brincadeira".

Olweus delimita bullying: "um estudante é vítima de bullying quando é exposto, repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas por parte de um ou mais estudantes" (Olweus, 1993, p. 9). Crochík acrescenta que "o bullying é uma forma de violência que se ancora em preconceitos socialmente legitimados e que encontra respaldo em hierarquias simbólicas já existentes" (Crochík, 2011, p. 34).

Em articulação, Moreira define o racismo recreativo: "o racismo recreativo consiste na utilização do humor, da brincadeira e do riso como mecanismos de reprodução da hierarquia racial, permitindo que práticas discriminatórias sejam socialmente toleradas" (Moreira, 2019, p. 39).

A análise desenvolvida, após percorrer 95% das escolas públicas e particulares de Gramado-RS é que a igualdade étnico-racial não se constrói por meio de decretos ou solenidades, mas pela lenta reconstrução dos sentidos de pertencimento, reconhecimento e dignidade. A articulação entre direitos humanos, memória histórica e consciência histórica revela-se instrumento potente de transformação social, especialmente quando operacionalizada no espaço escolar.

As palestras realizadas em Gramado demonstram que a educação antirracista, aliada a políticas institucionais de reconhecimento, pode inaugurar novos horizontes identitários para o município. Como assinala Paul Ricoeur, "a memória é o presente do passado" (la mémoire est le présent du passé), na medida em que orienta a compreensão que os sujeitos e as coletividades constroem de si mesmos no tempo histórico (Ricoeur, 2007, p. 40).

É precisamente essa orientação que começa a se delinear em Gramado, ao possibilitar que a cidade se reconheça em toda a complexidade e pluralidade de sua própria história.

Considerações finais

Conclui-se que direitos humanos, memória histórica e consciência histórica, quando articulados a práticas educativas e a dispositivos institucionais (como ações da Defensoria Pública), potencializam a construção de uma ética pública da diversidade e a busca por igualdade étnico-racial substantiva, não apenas formal.



Referências:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia do direito*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BONZATTO, Mônica. *História, memória e educação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CROCHÍK, José Leon. *Preconceito, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- MOREIRA, Adilson José. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon, 1883.
- OLWEUS, Dan. *Bullying at school: what we know and what we can do*. Oxford: Blackwell, 1993.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Brasília: Editora UnB, 2015.
- SANTANDER, Carlos. *Memória, política e reconhecimento*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional e decisão jurídica*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



Desafios do Turismo de Base Comunitária em Gramado-RS

Turismo de Base Comunitária: o que é? CONCEITO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma **forma de turismo construída, conduzida e protagonizada por comunidades locais**. Mais do que uma atividade econômica, o TBC é uma ferramenta de fortalecimento cultural, geração de renda justa e proteção dos territórios tradicionais, respeitando os modos de vida das populações que historicamente habitam e cuidam dessas áreas.

No TBC, quem recebe o visitante é a própria comunidade, que compartilha suas histórias, saberes, práticas produtivas, manifestações culturais e relação com o meio ambiente. Cada experiência é pensada de forma coletiva, valorizando o que há de singular em cada território: a pesca artesanal, os roçados, a culinária tradicional, os cantos, as danças, as trilhas e as memórias. Mais do que oferecer roteiros turísticos, o TBC promove encontros entre culturas e formas diversas de existir e cuidar da natureza.

(ICMBIO/govbr)

A construção de um Turismo de Base Comunitária em Gramado enfrenta desafios estratégicos que vão além da criação de novos roteiros ou produtos turísticos.

Trata-se, antes de tudo, de repensar a forma como a história do município e seu patrimônio cultural foram e são reconhecidos, valorizados e compartilhados com moradores e visitantes.

Ao longo do tempo, o crescimento do turismo acabou consolidando modelos mais padronizados, fortemente orientados pelo mercado, em larguíssima medida distantes da trajetória histórica local e do cotidiano das comunidades que deram origem à cidade.

Nas últimas décadas o município vem, celereamente, perdendo sua **singularidade** e invisibilizando muitos elementos culturais que lhe são fundamento. A, sim necessária, chegada do “novo” acontece de forma avassaladora e com “zero diálogo” (ou bem perto disso) com o passado.

Desafio: Programa formativo integrado

Um dos principais desafios está na educação histórica e patrimonial. Muitos aspectos fundamentais da formação do município ainda são pouco conhecidos, especialmente entre as novas gerações. A ausência de programas educativos contínuos, de materiais didáticos acessíveis e de ações sistemáticas de pesquisa e difusão faz com que o patrimônio histórico seja percebido como algo distante, restrito ao passado ou a públicos especializados. Sem esse **conhecimento**, torna-se difícil construir um turismo que valorize a identidade local e que tenha a comunidade como protagonista.

Além da disciplina de educação patrimonial no 3º ou 4º ano, é necessário um **Programa de longo prazo, com políticas públicas integradas**, que articulem educação, cultura, turismo, agricultura e planejamento urbano, além de estimular a participação ativa de moradores, escolas, associações e agentes culturais na construção das narrativas sobre a cidade. Sem essa participação, o risco é reforçar um turismo desconectado do território e pouco sensível às suas memórias.

Quando a comunidade se reconhece como parte ativa da história e do presente do município, o turismo deixa de ser apenas uma atividade econômica e passa a funcionar como uma forma de preservar memórias, fortalecer identidades e construir experiências mais autênticas.



- Comunidades não devem depender só do turismo;
- Turismo não deve ser uma solução mágica e única de alternativa econômica;
- As comunidades devem manter suas atividades tradicionais, que são atrativos turísticos;
- Além de condições de conforto e bem estar, os turistas procuram lugares que têm sustentabilidade, cuidando dos atrativos naturais e culturais, evitando prejudicá-los;
- A conservação dos recursos naturais e culturais são a base do sucesso do turismo;
- A inserção da comunidade durante todo o processo de desenvolvimento do Turismo é essencial.¹

¹Fonte: MELO, Ana Paula Rios de; BARROS, Marina de Araújo. Um caminho para a comunidade: entendendo os princípios do turismo de base comunitária. São Luís: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2021.

picadas
imigração
polenta
alambiques
CUCA
moinhos
capelinha
porão
filós
enxaimel
jogo de mora
artesanato
xaxim
bolicho
ferrovia
linhas
venda
kaingangs
mutirão
pinhão
bolão
capitel
kerbs
colônia
jogo de bocha

ALMANAQUE

Série de livros paradidáticos infantojuvenis "A Galerinha da Escola"

A série "A Galerinha da Escola", está sendo escrita com o objetivo de levar a pesquisa acadêmica na área da História para a escola, utilizando uma linguagem leve e divertida, com histórias ambientadas em uma sala de aula, reproduzindo situações cotidianas com as quais alunos e professores se identificarão. Até o momento com dois títulos publicados: **Colonização Alemã** e **Guerra Farroupilha** e um terceiro, **Missão Patrimônio!**, que está sendo escrito.

Ferramenta de educação patrimonial utilíssima, cada livro traz um Caderno do professor em PDF, que pode ser adquirido separadamente, com atividades alinhadas à BNCC.



Vânia Inês Ávila Priamo

Para saber mais siga [@tramasolucoes](#)

ou entre em contato pelo whatsapp 51 994550040.



LANÇAMENTOS

"História e Memórias dos Tempos do Trem - Gramado-RS e a Linha Taquara-Canela"

Wanderley Cavalcante
Eduardo da Silva Weber
Alex Juarez Müller

Edigal-Martins Livreiro



História e Memórias dos Tempos do Trem oferece uma leitura envolvente sobre a formação social, econômica e cultural do Vale do Rio Paranhana a partir da experiência ferroviária. A obra articula pesquisa documental, iconográfica e depoimentos orais para reconstruir o papel do trem na transformação do território e das identidades locais. Com linguagem clara e sensibilidade, o livro reconstitui trajetórias de trabalhadores e dinâmicas coloniais e comunitárias no contexto do avanço das linhas férreas rumo à Serra, valorizando as memórias transmitidas entre gerações e a persistência de marcas materiais e simbólicas deixadas pelo trem. É uma obra indispensável para educadores, profissionais da cultura, pesquisadores, estudiosos da história ferroviária regional, da memória social e dos patrimônios que ainda moldam o presente. É também um convite à comunidade para revisitar o passado e compreender a paisagem humana e histórica que o trem ajudou a construir.

A **AREMUS - Associação Regional de Museus** -, é uma entidade que reúne museus históricos municipais das regiões do Vale dos Sinos, Vale do Paranhana e Serra Gaúcha. Criada em 2023, reúne museus de Gramado, Nova Hartz, Parobé, Rolante, São Leopoldo, Sapiranga, Taquara, Santo Antônio da Patrulha e São Leopoldo. A associação tem como objetivo promover um espaço de articulação, atuação colaborativa, troca de experiências e aprendizado entre museus públicos municipais e estaduais da região, em diálogo com as especificidades, necessidades e desafios regionais.

A AREMUS, além da articulação de rotina e reuniões mensais, também tem organizado Encontros anuais:

- 1º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas e Museus (abril/2024), em Sapiranga
- 2º Encontro Regional, em Taquara (agosto/2025)

Para abril/2026 está previsto o **III Encontro Regional de Museus**.



Card do II Encontro, realizado em Taquara-RS (2025)

Revista Guia 'Caminhos dos Museus'



Acesso em flip-book para ler gratuitamente on-line



A invisibilidade dos negros na história de Gramado/RS

Wanderley Cavalcante
Eduardo da Silva Weber
Alex Juarez Müller
Instituto Histórico e Geográfico de Gramado



<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31760>

Repositório Digital

O Museu Estação Férrea Várzea Grande (Gramado-RS) já tem pronta a página de sua Coleção de acervos (baseada no Tainacan/Wordpress). O lançamento para o público está prevista para o primeiro semestre de 2026.



Página criada no Tainacan para a coleção do Museu Estação Férrea Várzea Grande



No segundo semestre de 2025, o museu realizou uma oficina presencial de Introdução à Produção de Repositório Digital para Museus



ÁLBUM DE FIGURINHAS

'Memórias dos Tempos do Trem'



JOGO DIDÁTICO

(TRILHAS DO PATRIMÔNIO - Uma viagem na história da ferrovia Taquara-Canela)



HISTORIN

O Historin é uma plataforma digital inovadora criada para resgatar, preservar e compartilhar a história e memórias da cidade de forma interativa, conectando o passado ao presente através de tecnologia. Criado como um projeto de startup e incubado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa de Gramado, oferece uma viagem histórica visual riquíssima. Trabalha, ainda, com a ampliação através de totens informativos espalhados pela cidade.



Os jovens Allan Fulcher e Mateus Canova, idealizadores da plataforma. O projeto também conta com a colaboração do historiador Eduardo da Silva Weber e de outros pesquisadores. Acesse: historin.com.

LIVRO DIDÁTICO

Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem



Download gratuito



Vídeo com janela em Libras
'A Estrada de Ferro Taquara-Canela e o Museu Estação Férrea Várzea Grande'



<https://youtu.be/Pns6v-7Q0Nc>

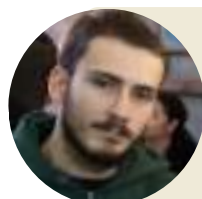


EXPEDIENTE

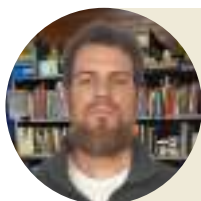
Coordenação e produção:



Wanderley Cavalcante - Historiador, graduado pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Especialista em Didática e Metodologias do Ensino de História. Lecionou na Rede Pública do Ceará por 15 anos. Foi Supervisor do Projeto Mais-Educação (2020) e do Museu Estação Férrea Várzea Grande (2023-2024). Em janeiro de 2025, assumiu a Coordenação dos Espaços Culturais e do Patrimônio Histórico do município de Gramado.



Eduardo da Silva Weber - Historiador, graduado em História (2025), pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Estagiário em História, pela Prefeitura Municipal de Gramado (2014-2016). Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS (2020). Pesquisador voluntário do Acervo de História Regional (FACCAT), no qual foi Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS (2023-2024).



Alex Juarez Müller - Historiador, doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em História pela Universidade Passo Fundo-RS. Especialista em Mídias da Educação (FURG) e licenciado em História (FACCAT). Professor de história e vice-diretor na Rede Municipal de Ensino de Gramado-RS.

EDITORA

Karahá
HISTÓRIA E CULTURA

Rua Albino Schneider, 171 -
Várzea Grande - Gramado-RS
(CEP 95677-270)

Vol. 1, Nº 1 - 2026 (Anual)

Diagramação:

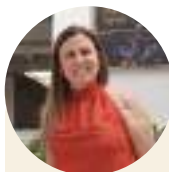
Tainá Crisóstomo Fotografia

Imagem da capa: manifestação de opositores de Borges de Medeiros em Gramado, com a presença de Assis Brasil na sacada (1923).

Foram realizados todos os esforços no sentido de registrar os cedentes ou autores das imagens históricas. Os editores estão comprometidos a registrar os devidos créditos e, em edições futuras, poderão ser feitas correções ou acréscimos nos mesmos. O objetivo é salvaguardar a memória, divulgar, ampliar e democratizar o conhecimento histórico e cultural, além de incentivar a pesquisa, sem qualquer intuito de violação de direitos.

A produção deste Guia é resultado do projeto 'Novos Tempos para a Memória Ferroviária de Gramado', contemplado em 1º lugar no Edital nº 31/2024 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) lançado pela Secretaria da Cultura do Estado (SEDAC).

Colaboradores nesta edição:



Bruna Hellen de Melo Gomes

Graduada em Ciências, habilitação Biologia (2006). Mestre em Sistemática e Conservação da Diversidade Biológica - UERGS/SEMA (2024). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução da Diversidade Biológica (PUCRS). Bióloga (Conselho de Biologia - 3ª Região). Especialização em mídias na educação - UFRGS (2019) e em Ensino de Biologia pela Univ. Santa Cecília (2013). É Professora concursada em Gramado e Sapiranga (RS). Atua na gestão da EMEF Pedro Zucolotto, em Gramado/ RS.



Gilmar Rogério Wendell

Graduado Bacharel em Biomedicina - ULBRA, 2013; Graduado em Licenciatura em Sociologia - UFSM, 2022; Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Pública - Faculdade ÚNICA, 2021; Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia - Faculdade FOCUS, 2023; Graduando em Psicologia - FSG, 2022-26; Graduando em Licenciatura em Pedagogia - UFSM, 2028; atualmente servidor público na Prefeitura de Gramado-RS (no Museu Major Nicoletti)



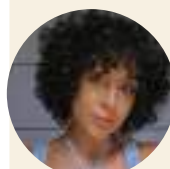
Igor Menini

Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor Regional da Comarca de Gramado-RS. Graduado em Direito, Filosofia, Física, Sociologia, Ciências Políticas, Educação Física, Biomedicina e Letras. Graduando em Engenharia Civil e História.



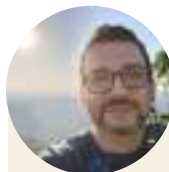
Lis Reis

Psicopedagoga e Neuropsicopedagoga. Especialista em Educação Inclusiva. Professora de Educação Infantil na rede municipal de Gramado. Ativista do Coletivo Sankofa.



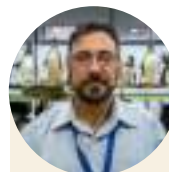
Marini Ferreira

Graduada em Pedagogia pela ULBRA. Pós-graduação em História e Cultura Afro-brasileira pela FACIBE. Integra o Coletivo Sankofa em Gramado-RS, em ações de promoção da cultura e igualdade racial.



Maicon Diego Rodrigues

Graduado em História - Faculdades Integradas de Taquara (2010) e mestrado em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014). Pós Graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e em Coordenação de Projeto em Tempo Integral. Foi Chefe de Divisão do Arquivo Histórico, responsável pelo Museu Histórico Municipal Adelmo Trost e Arquivo Histórico Municipal Maria Eunice Müller Kautzmann de Taquara-RS. Tem experiência em Museologia, Patrimônio Cultural e História.



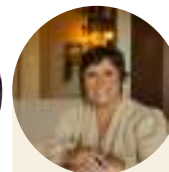
Márcio Dillmann de Carvalho

Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas - (UFPel) 2011, Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) 2016. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) 2021. Museólogo do Município de Gramado-RS e Supervisor do Museu Major José Nicoletti Filho.



Sílvio Silmar Peters

Graduado em História - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), 2016, mestrado em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS), 2020, Pós-graduação Lato Sensu em Educação: Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada e Técnico em Meio Ambiente, cursos realizados pela Universidade Aberta do Brasil - IFSul (Campus Pelotas), 2025. Atualmente, sou professor da Área das Ciências Humanas, na Escola Técnica Bom Pastor, Nova Petrópolis.



Vânia Inês Ávila Priamo

Graduação em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2001 e Especialização em Patrimônio Cultural (UFRGS), 2007. Mestre em História (UNISINOS), 2013. Foi professora da rede Pública Municipal e diretora do Museu Histórico do Município de Nova Hartz/RS. Membro associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio (gestão 2022-2024 e 2024-2026). Escritora de livros e materiais paradidáticos (educação/ história)

